

ELFSM_Resultados 2025



Empresa Luz e Força
Santa Maria
S.A.

**Relatório da Administração e
Demonstrações Financeiras de 2025**

Avenida Angelo Giuberti, 385

Esplanada - Colatina/ES

CEP: 29702-712

Tel: (27) 2101-2323

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	3
MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE	3
1. SOBRE A SANTA MARIA	5
2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS	8
3. DESEMPENHO OPERACIONAL	8
4. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO	19
5. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)	24
6. AUDITORES INDEPENDENTES.....	38
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	39
BALANÇOS PATRIMONIAIS – ATIVO.....	39
BALANÇOS PATRIMONIAIS – PASSIVO	40
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS	41
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	42
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	43
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	44
NOTAS EXPLICATIVAS.....	45
1. CONTEXTO OPERACIONAL	45
2. CONTRATO DE CONCESSÃO	46
3. BASE DE PREPARAÇÃO	46
4. ADOÇÃO DAS IFRSS NOVAS E REVISADAS.....	49
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	50
6. CONTAS A RECEBER	51
7. TRIBUTOS	53
8. ALMOXARIFADO OPERACIONAL	55
9. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS	56
10. REPASSE CDE.....	58
11. DEPÓSITOS PARA REINVESTIMENTO	59
12. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	59
13. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTO	64
14. FORNECEDORES	66
15. CONSUMIDORES - GERAÇÃO DISTRIBUÍDA	67
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	68
17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS.....	69
18. PROVISÕES	70
19. ENCARGOS SETORIAIS	72
20. OUTROS PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES	74
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	74
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	78
23. CUSTOS DOS SERVIÇOS E DESPESAS OPERACIONAIS	83
24. RESULTADO FINANCEIRO	85
25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	86
26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	87
27. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	93
28. SALDO E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS	94
29. COBERTURA DE SÉGUROS	95
30. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO	96
31. EVENTOS SUBSEQUENTES	96
CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	99
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	100

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

É com satisfação que apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. referentes ao exercício de 2025.

Ao longo do ano, a Companhia manteve seu compromisso histórico com a qualidade do fornecimento de energia elétrica, a expansão da infraestrutura de distribuição e o atendimento eficiente aos consumidores em sua área de concessão. Esse compromisso orienta nossas decisões estratégicas e reforça o papel da Santa Maria como agente de desenvolvimento regional no noroeste do Estado do Espírito Santo.

O ano de 2025 foi marcado por um ambiente desafiador para o setor elétrico. Condições climáticas caracterizadas por maior volume de chuvas e temperaturas mais amenas, aliadas ao avanço da geração distribuída, influenciaram o comportamento do consumo de energia elétrica. Nesse contexto, o mercado total da Companhia atingiu 612,4 GWh, representando redução de 5% em relação ao exercício anterior.

Mesmo diante desse cenário, a Santa Maria manteve sua trajetória de investimentos na expansão e modernização da infraestrutura elétrica. Em 2025, foram incorporados R\$ 124,5 milhões em investimentos ao ativo imobilizado em serviço, valor significativamente superior ao registrado no exercício anterior.

O principal destaque desse ciclo de investimentos foi a entrada em operação do sistema Colatina 2, empreendimento estratégico para o fortalecimento da confiabilidade do sistema elétrico da Companhia. O projeto, que envolveu a implantação de uma nova subestação e de linhas de distribuição associadas, viabilizou uma segunda conexão ao Sistema Interligado Nacional, ampliando a segurança operativa e a capacidade de atendimento à crescente demanda de energia na região.

No campo operacional, a Companhia manteve seus indicadores de continuidade do fornecimento em conformidade com os padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), refletindo o esforço permanente de nossas equipes na manutenção e aprimoramento do sistema elétrico.

Em termos econômico-financeiros, a receita operacional líquida atingiu R\$ 503,2 milhões em 2025, crescimento de 26% em relação ao exercício anterior. O EBITDA ajustado totalizou R\$ 44,7 milhões, enquanto o lucro líquido do exercício foi de R\$ 19,7 milhões. Esses resultados refletem tanto a dinâmica regulatória do setor quanto o ciclo de investimentos realizado pela Companhia.

Também merece destaque o reconhecimento obtido pela Santa Maria em importantes premiações do setor. Em 2025, a Companhia foi novamente premiada no Prêmio ABRADÉE, com destaque para as categorias de avaliação pelo cliente, gestão operacional e saúde e segurança. Recebemos ainda o 2º lugar no Prêmio ANEEL de Ouvidoria, reconhecimento que reforça nosso compromisso com a qualidade do atendimento aos consumidores.

Resultados de 2025

Outro motivo de orgulho para todos nós foi a recertificação da Santa Maria como Great Place to Work, evidenciando a qualidade do ambiente de trabalho e o engajamento de nossos colaboradores.

Além dos resultados operacionais e financeiros, seguimos fortalecendo nossas práticas de sustentabilidade e responsabilidade social. Ao longo do exercício, desenvolvemos projetos de eficiência energética, iniciativas de inovação tecnológica no âmbito do programa de Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico e diversas ações sociais voltadas às comunidades atendidas pela Companhia.

O ano de 2026 possui um significado especial para a Santa Maria. Em fevereiro, a Companhia completou 80 anos de história, marcada pelo pioneirismo na eletrificação rural e pela contribuição contínua para o desenvolvimento econômico e social da região noroeste do Espírito Santo. Essa trajetória foi construída com dedicação, espírito empreendedor e compromisso com as comunidades atendidas.

Celebrar oito décadas de atuação reforça nossa responsabilidade de continuar investindo em infraestrutura, inovação e qualidade de serviço, preparando a Companhia para os desafios e oportunidades que se apresentam no setor elétrico, incluindo a digitalização das redes, a expansão da geração distribuída e a evolução do mercado de energia.

Por fim, registramos nosso agradecimento aos colaboradores, acionistas, consumidores, fornecedores, parceiros institucionais e órgãos reguladores, cujo apoio e confiança são fundamentais para a continuidade e o fortalecimento da Santa Maria.

Seguimos comprometidos com a missão de levar energia elétrica com qualidade, segurança e eficiência, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atuamos.

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Santa Maria – 80 anos (1946–2026)

Em fevereiro de 2026, a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. completou 80 anos de atuação no setor elétrico brasileiro. Ao longo dessa trajetória, a Companhia consolidou-se como referência regional na distribuição de energia elétrica, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do noroeste do Estado do Espírito Santo. Essa história foi construída com base no compromisso com a qualidade do serviço, na expansão da infraestrutura elétrica e no empenho de gerações de colaboradores que ajudaram a levar energia e desenvolvimento à região.

1. SOBRE A SANTA MARIA

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada em Colatina, Espírito Santo.

Na condição de concessionária de serviço público, a Companhia atua no segmento de distribuição de energia elétrica, atendendo 11 municípios em uma área de aproximadamente 4.994 km².

Ao final de 2025, a Santa Maria atendia mais de 129 mil unidades consumidoras, operando sob regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com contrato de concessão vigente até 2045.

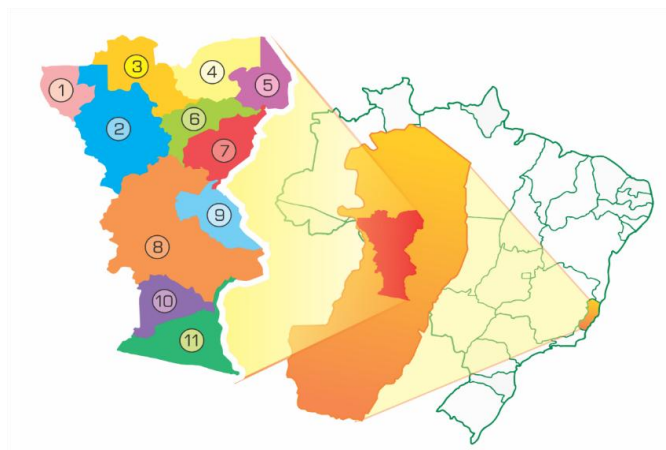
Com o objetivo de apresentar de forma sintética as principais características operacionais da Companhia, o quadro a seguir reúne indicadores relevantes relacionados à área de concessão, infraestrutura elétrica e estrutura organizacional da Santa Maria ao final de 2025:

Perfil operacional da Companhia – 2025

Indicador	Valor
Área de concessão	11 municípios
Área atendida	4.994 km ²
Consumidores atendidos	129.196
Mercado total de energia	612 GWh
Subestações	14
Potência instalada em subestações	786 MVA
Extensão total da rede de distribuição	8.665 km
Transformadores de distribuição	19.977
Investimentos realizados em 2025	R\$ 124,5 milhões
Colaboradores próprios	361

1.1 Área de concessão

Geograficamente, a área de concessão da Santa Maria está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, conforme evidenciado no mapa a seguir:



Resultados de 2025

1. Alto Rio Novo; 2. Pancas; 3. Águia Branca; 4. São Gabriel da Palha; 5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca); 6. São Domingos do Norte; 7. Governador Lindemberg; 8. Colatina (exceto o distrito de Itapina); 9. Marilândia; 10. São Roque do Canaã; 11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).

A economia na região é diversificada, abrangendo atividades agrícolas, pecuárias e industriais. A agricultura, sobretudo na produção de café conilon, é de grande destaque.

Segundo dados do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (“INCAPER”), o Espírito Santo é o maior produtor de café conilon do Brasil, respondendo por cerca de 70% da produção nacional. A Região Noroeste, em particular, destaca-se ao contribuir com aproximadamente 41,5% dessa produção local. A cafeicultura na região concentra-se em áreas de topografia acidentada, liderada por pequenos produtores familiares que adotam tecnologias avançadas. Com mais de 70% das plantações irrigadas, a região demonstra uma infraestrutura agrícola robusta, influenciando diretamente o mercado da Companhia.

Desde sua fundação em 1946, a Santa Maria tem mantido um compromisso sólido com a eletrificação rural, inaugurando esse esforço em 1956 com a construção da usina de Tabocas, a 40 km de Colatina. A conexão com a usina de Rio Bonito impulsionou significativamente a disponibilidade de energia, contribuindo para o desenvolvimento econômico regional.

A Santa Maria foi pioneira na universalização do fornecimento de energia elétrica, apresentando um dos maiores percentuais de consumo rural do país, atualmente em torno de 40% do mercado total. O setor residencial, por sua vez, contribui com aproximadamente 34% da energia distribuída pela Companhia.

Além disso, a região tem experimentado um crescimento nos setores de comércio e serviços, especialmente no município de Colatina, reconhecido por sua posição estratégica como centro comercial e de serviços na Região Noroeste.

1.2 Clientes

Ao longo do ano de 2025, foram conectados 3.156 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 3% em relação a 2024), totalizando 129.196 consumidores atendidos, conforme demonstrado a seguir:

Número de consumidores	2025	2024	Δ Qtd	Δ %
Residencial	79.592	77.711	1.881	2%
Rural	36.063	35.140	923	3%
Comercial	10.536	10.295	241	2%
Industrial	1.522	1.431	91	6%
Demais classes	1.359	1.350	9	1%
Total cativos	129.072	125.927	3.145	2%
Comercial	56	45	11	24%
Industrial	65	65	0	0%
Total livres	121	110	11	10%
Industrial	3	3	0	0%
Total agentes de geração	3	3	0	0%
Total consumidores	129.196	126.040	3.156	3%

Resultados de 2025

1.3 Sistema de distribuição

O sistema de distribuição da Santa Maria é robusto e cuidadosamente dimensionado, visando assegurar a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema elétrico. Os principais dados das instalações e ativos elétricos em serviço em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Descrição	2025	2024	Δ %
Subestações			
Quantidade	14	13	8%
Potência instalada de transformadores (MVA)	786	701	12%
Redes de distribuição próprias (Km)	8.665	8.429	3%
AT (maior ou igual a 69 KV)	198	107	85%
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.639	7.510	2%
BT (menor que 1 KV)	828	812	2%
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	19.977	18.930	6%
Urbano	1.597	1.532	4%
Rural	18.380	17.398	6%
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	521	475	10%
Urbano	128	122	5%
Rural	393	353	11%
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	95.468	93.309	2%
Urbano	25.368	24.976	2%
Rural	70.100	68.333	3%

A Companhia gerencia um sistema elétrico que abrange aproximadamente 198 km de linhas de distribuição, operando em tensões de 138 mil e 69 mil volts, conforme detalhado a seguir:

Linhas de distribuição	Extensão (km)
69 kV	82
138 kV	116

Esse sistema é composto por 14 subestações de distribuição, totalizando uma potência instalada de 786 MVA, evidenciando a capacidade da Santa Maria em lidar com demandas elétricas significativas. O parque de subestações categorizado por níveis de tensão é como segue:

Tensão	Quantidade	MVA
24,2 kV	7	53
69 kV	4	293
138 kV	3	440

Além disso, a Companhia mantém um sistema de distribuição de média tensão, com aproximadamente 7.639 km de redes operando entre 15 e 25 mil volts. Esta rede é equipada com 19.977 transformadores próprios, resultando em uma potência instalada de 521 MVA.

A Santa Maria também conta com uma frota de aproximadamente 100 veículos, predominantemente composta por caminhões e caminhonetes, destinados a oferecer suporte eficiente às suas operações. Essa abordagem evidencia o compromisso da Companhia em garantir a eficácia operacional, a manutenção da infraestrutura elétrica e a satisfação dos clientes.

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS

Prêmio ABRADDEE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica

Criado para reconhecer e promover a excelência na gestão das distribuidoras de energia elétrica no Brasil, o Prêmio ABRADDEE é um dos mais prestigiados do setor. Avaliando critérios como qualidade dos serviços, satisfação dos clientes, responsabilidade socioambiental e segurança, a premiação impulsiona melhorias contínuas e fortalece o compromisso das empresas com a inovação e a eficiência.

Em 2025, reafirmamos nosso compromisso com a excelência aos sermos reconhecidos em quatro categorias: 2º lugar em Avaliação pelo Cliente; 3º lugar em Saúde e Segurança (Menção Honrosa); 3º lugar em Gestão Operacional; e 3º lugar no Prêmio Nacional.

Essas conquistas refletem o comprometimento e a dedicação de nossas equipes em oferecer um serviço de alta qualidade, garantindo a segurança e a satisfação de nossos clientes.

Prêmio ANEEL de Ouvidoria

Nosso compromisso com a qualidade no atendimento também foi reconhecido no Prêmio ANEEL de Ouvidoria 2024, no qual conquistamos o 2º lugar. A premiação, anunciada no mês de junho de 2025, confirma as ouvidorias que se destacam pelo atendimento ao consumidor e pelo tratamento eficiente de reclamações.

Certificação Great Place To Work (GPTW)

Conquistamos novamente, em 2025, a certificação Great Place to Work (GPTW), um reconhecimento do nosso compromisso com um ambiente de trabalho colaborativo, transparente e animado para o bem-estar dos colaboradores. Esse selo comprova que a energia que move a Santa Maria começa dentro da nossa própria equipe, fortalecendo nossa cultura organizacional e impulsionando nossa missão.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1 Cenário macroeconômico

O desempenho do setor elétrico brasileiro está diretamente relacionado ao ambiente macroeconômico, uma vez que fatores como o nível de atividade econômica, a renda das famílias, as condições climáticas e a dinâmica dos investimentos influenciam a evolução do consumo de energia elétrica e o planejamento de expansão das redes de distribuição.

Em 2025, a economia brasileira apresentou crescimento moderado, após o desempenho mais robusto observado no exercício anterior. O Produto Interno Bruto (PIB) registrou expansão próxima de 2,3%, refletindo principalmente o desempenho do setor de serviços e a resiliência do mercado de trabalho. Ao longo do exercício também se observou processo gradual de acomodação da inflação e mudanças nas condições monetárias, fatores que influenciam o ambiente de consumo e investimento no país.

Resultados de 2025

No setor elétrico, o comportamento da demanda por energia foi influenciado não apenas pelas condições econômicas, mas também por fatores climáticos e estruturais. Em 2025, o regime hidrológico apresentou oscilações entre períodos de precipitação abaixo da média histórica e momentos de recuperação parcial das afluências em alguns subsistemas do Sistema Interligado Nacional. Esse cenário exigiu acompanhamento permanente das condições de armazenamento dos reservatórios e da evolução das afluências, fatores relevantes para o planejamento da operação do sistema elétrico.

Outro fator estrutural relevante é a expansão da geração distribuída, especialmente por meio de sistemas fotovoltaicos instalados por consumidores residenciais, comerciais e rurais. Esse movimento tem alterado gradualmente o perfil de consumo das distribuidoras, influenciando o volume de energia faturada e exigindo adaptações no planejamento e na gestão das redes de distribuição.

No contexto regional, a economia da área de concessão da Santa Maria apresenta forte presença das atividades agropecuárias, com destaque para a produção de café conilon, além de comércio e serviços concentrados no município de Colatina. As condições climáticas observadas ao longo de 2025, caracterizadas por maior volume de chuvas e temperaturas mais amenas, influenciaram o comportamento do consumo de energia elétrica na região, especialmente nas classes rural e residencial.

Esse conjunto de fatores macroeconômicos, climáticos e estruturais contribuiu para a dinâmica observada no mercado de energia elétrica da Companhia ao longo do exercício, cujos efeitos são apresentados nas seções seguintes deste relatório.

3.2 Contexto setorial

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

3.2.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de fornecimento de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL.

Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

Resultados de 2025

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de setembro. Considerando que em 2021 a Santa Maria se submeteu à 5ª revisão tarifária periódica, a próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2026.

3.2.2 Reajuste tarifário anual de 2025

Em setembro, foi homologado pela ANEEL o resultado do reajuste tarifário anual de 2025 da Santa Maria, o qual conduziu a um efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 16,83%, sendo de 22,48%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de 15,97%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

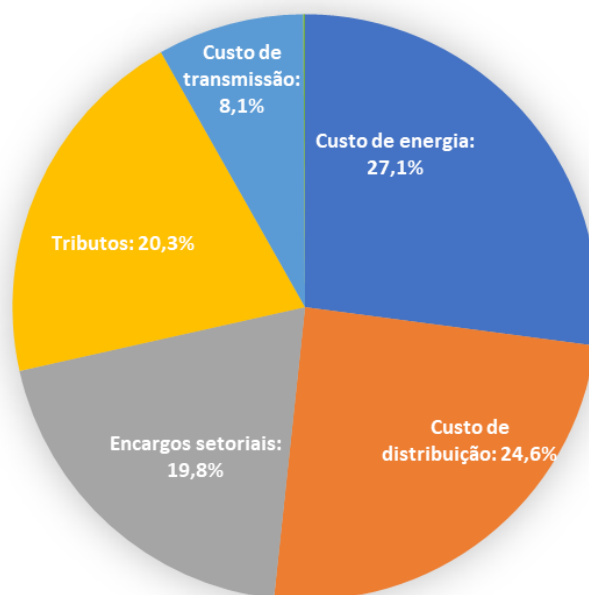
Grupo de consumo	Variação tarifária
AT - Alta tensão (>2,3kV)	22,48%
BT - Baixa tensão (<2,3kV)	15,97%
Efeito médio AT + BT	16,83%

O efeito médio de 16,83% decorre: (i) do reajuste dos itens de custos das Parcelas A e B, calculados conforme estabelecido no PRORET, para a formação da receita requerida; (ii) da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e (iii) da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo tarifário anterior, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

A diferença entre os efeitos médios indicados acima é proveniente da variação dos itens de custo arrecadados pelas tarifas aplicadas à cada grupo. Na composição do efeito médio, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em 5,51%, enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável por 0,68%, conforme apresentado a seguir:

Item	Descrição do item	Participação no processo tarifário	
		2025	2024
1	Encargos setoriais	7,04%	-2,61%
2	Custos de transmissão	0,45%	-2,46%
3	Custos de aquisição de energia	-1,99%	1,05%
4	Receitas irrecuperáveis	0,01%	0,00%
5	Total da Parcela A (1 + 2 + 3 + 4)	5,51%	-4,02%
6	Total da Parcela B	0,68%	1,18%
7	Índice de Reposicionamento Tarifário (5 + 6)	6,19%	-2,84%
8	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	2,65%	-6,63%
9	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	7,99%	5,98%
10	Reajuste Total Médio das Tarifas (7 + 8 + 9)	16,83%	-3,49%

A participação dos itens das Parcelas A e B na nova receita anual da Companhia, com tributos, é como segue:



3.2.3 Ambiente regulatório

O setor elétrico brasileiro é caracterizado por um ambiente regulatório dinâmico, no qual alterações legais, normativas e regulatórias podem produzir impactos relevantes sobre o modelo de negócio das concessionárias de distribuição, influenciando aspectos como a estrutura tarifária, os encargos setoriais, as políticas públicas de acesso à energia e as regras de comercialização no mercado de energia elétrica.

Ao longo de 2025, foram publicados diversos atos normativos e regulatórios relevantes, envolvendo iniciativas de modernização do setor, aprimoramentos no modelo tarifário, políticas públicas voltadas ao acesso à energia elétrica e medidas relacionadas à abertura do mercado livre. Esses instrumentos foram editados principalmente pelo Governo Federal, pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), e possuem potencial de impactar o ambiente competitivo e operacional das distribuidoras.

A seguir, são destacados os principais atos regulatórios publicados ao longo do exercício de 2025 que possuem relação direta ou indireta com as atividades da Companhia:

Medida Provisória nº 1.300/2025 – Reforma do Setor Elétrico

Promove ajustes estruturais no setor elétrico, incluindo a ampliação progressiva da abertura do mercado livre de energia, a revisão das regras de autoprodução e a redistribuição de encargos setoriais, com impactos diretos sobre o ambiente competitivo e a base de consumidores das distribuidoras.

Resultados de 2025

Lei nº 15.269/2025 – Consolidação Legal

Consolida as diretrizes da reforma do setor elétrico, instituindo o Encargo de Complemento de Recursos (ECR), estabelecendo limites aos repasses para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e disciplinando a abertura do mercado livre para consumidores de baixa tensão.

Lei nº 15.235/2025 – Política Pública Luz do Povo

Regulamenta a política pública denominada Luz do Povo, ampliando os benefícios da Tarifa Social de Energia Elétrica, com isenção integral para consumo mensal de até 80 kWh por famílias de baixa renda.

Resolução Homologatória nº 3.519/2025 – Reajuste Tarifário Anual da Companhia

Homologa as tarifas de aplicação da Companhia, com vigência a partir de setembro de 2025, resultando em reajuste médio de 16,83%, correspondente ao efeito tarifário médio percebido pelos consumidores e agentes supridos.

Resolução Homologatória nº 3.437/2025 – Tarifa de Repasse de Itaipu

Estabelece a tarifa de repasse da potência contratada de Itaipu Binacional, no valor em reais equivalente a US\$ 17,66, aplicável aos faturamentos realizados entre 1º de abril e 31 de dezembro de 2025.

Resolução Normativa ANEEL nº 1.137/2025 – Resiliência dos Sistemas Elétricos

Define diretrizes técnicas e operacionais para o fortalecimento da resiliência das redes de distribuição e transmissão frente a eventos climáticos extremos.

Portaria MME nº 111/2025 – Digitalização da Distribuição

Estabelece diretrizes gerais para a modernização e digitalização gradual das redes e dos serviços de distribuição de energia elétrica em baixa tensão, prevendo 13 iniciativas estratégicas, com destaque para a implementação de medidores inteligentes, a serem alcançadas no horizonte de até 10 anos.

Despacho nº 2.233/2025 – Bônus Itaipu

Homologa os valores a serem repassados às distribuidoras e a tarifa bônus de Itaipu para cálculo do crédito a ser aplicado nas faturas emitidas entre 1º e 31 de agosto de 2025. São elegíveis as unidades consumidoras residenciais e rurais do SIN, com consumo mensal inferior a 350 kWh em 2024.

Despacho nº 3.832/2025 – Tarifas Residenciais – Desconto Social

Publica as tarifas aplicáveis à subclasse residencial com desconto social, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026.

Resultados de 2025

Despacho nº 3.870/2025 – Cotas-Partes e Montantes de Itaipu

Estabelece as cotas-partes e os montantes de energia elétrica e de potência contratada da UHE Itaipu a serem repassados às concessionárias de distribuição das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, referentes aos anos de 2026 a 2033.

Consulta Pública nº 209/2025/MME – Descontos Tarifários para Irrigação e Aquicultura

Discute diretrizes para a modernização das regras de concessão dos descontos especiais nas tarifas de energia elétrica aplicáveis às unidades consumidoras rurais destinadas à irrigação e à aquicultura.

Consulta Pública nº 46/2025/ANEEL – Tarifa Horária (Tarifa Branca)

Avalia a proposta de aplicação automática da Tarifa Horária para consumidores de baixa tensão com consumo mensal elevado, igual ou superior a 1 MWh.

3.3 Mercado de distribuição da Santa Maria

Em 2025, o mercado total de energia elétrica da Santa Maria atingiu 612,434 GWh, representando uma redução de 5% em relação a 2024, quando foram registrados 645,971 GWh.

O desempenho observado no exercício foi influenciado principalmente por fatores climáticos e estruturais. As condições climáticas registradas ao longo do ano, caracterizadas por temperaturas mais amenas e maior volume de precipitações em determinados períodos, contribuíram para a redução do consumo de energia elétrica, especialmente nas classes residencial e rural. Adicionalmente, a expansão da geração distribuída na área de concessão também contribuiu para a redução do volume de energia faturada pela Companhia.

As classes rural e residencial, que representam a maior parcela do mercado da Santa Maria, registraram reduções de 9% e 2%, respectivamente, em comparação com o exercício anterior.

Por sua vez, as classes comercial e industrial também apresentaram retração no consumo de energia elétrica, com variações de -10% e -20%, respectivamente, em relação a 2024.

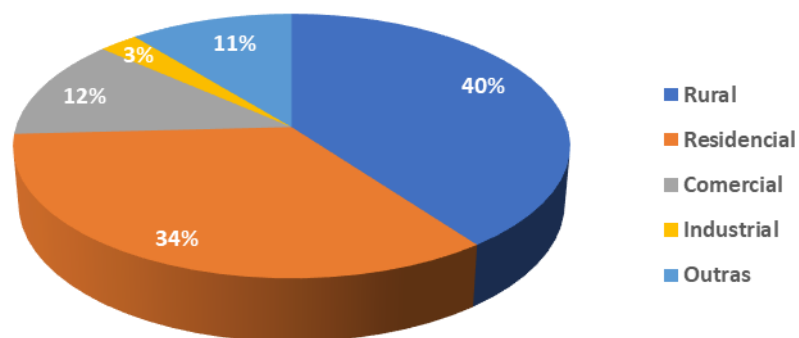
O comportamento do mercado da Companhia é detalhado a seguir:

GWh	2025	2024	Δ %
Rural	196,220	215,591	-9%
Residencial	168,879	172,655	-2%
Comercial	60,560	66,970	-10%
Industrial	12,960	16,179	-20%
Outras	53,660	54,437	-1%
Total mercado cativo	492,279	525,832	-6%
Comercial	32,208	31,023	4%
Industrial	87,947	89,116	-1%
Total mercado livre	120,155	120,139	0%
Total mercado	612,434	645,971	-5%

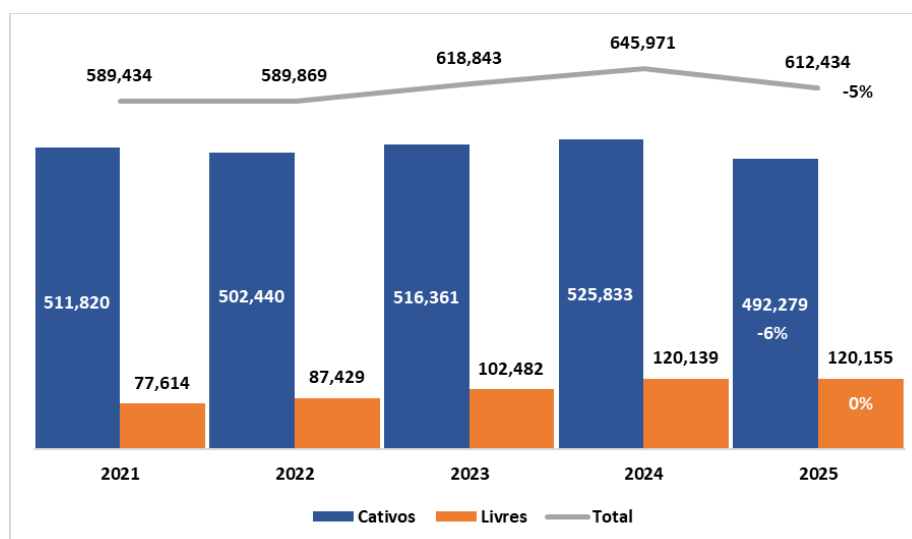
Resultados de 2025

Os dados apresentados evidenciam a redução do mercado cativo em 2025, influenciada principalmente pelas condições climáticas observadas ao longo do exercício e pela expansão da geração distribuída, fatores que impactaram especialmente as classes rural e residencial.

A participação das classes de consumo no mercado cativo da Santa Maria é apresentada no gráfico a seguir:



A evolução do mercado da Companhia nos últimos cinco anos, considerando os mercados cativo e livre, é demonstrada no gráfico a seguir:



Observa-se que, ao longo dos últimos anos, o mercado da Santa Maria apresentou crescimento moderado até 2024, seguido de retração em 2025, refletindo principalmente as condições climáticas registradas no período e o avanço da geração distribuída na área de concessão.

Resultados de 2025

3.4 Perdas

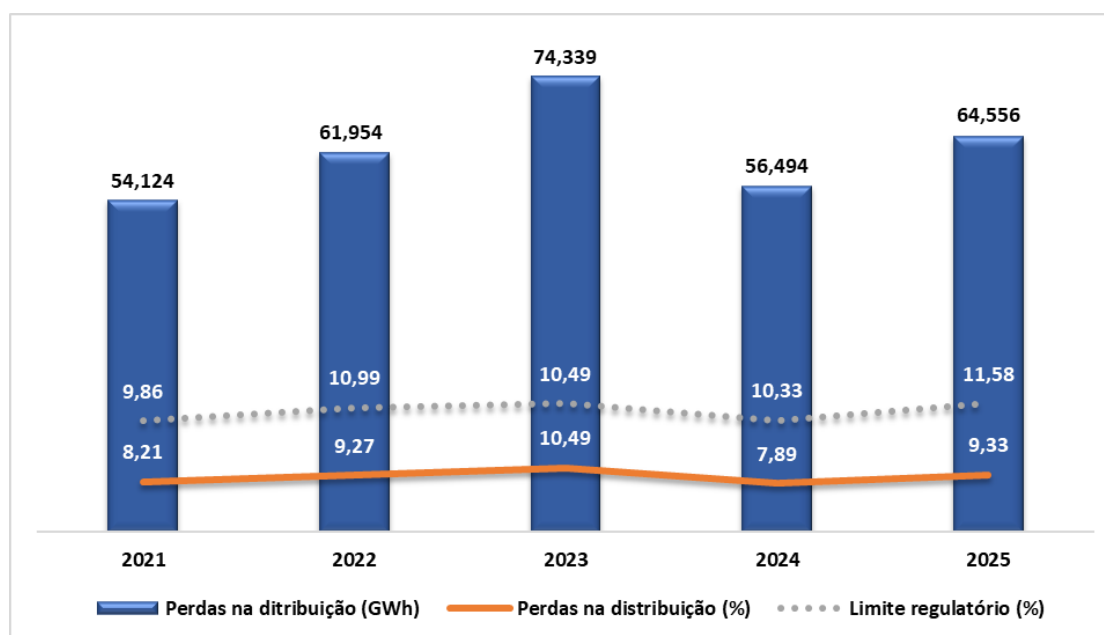
Anualmente, a Santa Maria intensifica suas ações de combate ao furto e à fraude, ao mesmo tempo que dedica esforços constantes para aprimorar os processos de fiscalização, visando a redução das ligações clandestinas.

Em 2025, as perdas na distribuição situaram em 64,556 GWh, em comparação com os 56,494 GWh registrados em 2024. Mesmo com esse incremento, a Companhia registrou perdas abaixo do limite regulatório estabelecido pela ANEEL. O comportamento dessas perdas é apresentado da seguinte forma:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2024	2025	2024	2025	2024	2025	
7,03	8,88	0,86	0,45	7,89	9,33	11,58

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas na distribuição (GWh)		Δ % 2024/2023
2024	2025	2024	2025	2024	2025	
50,327	61,471	6,167	3,085	56,494	64,556	14,27

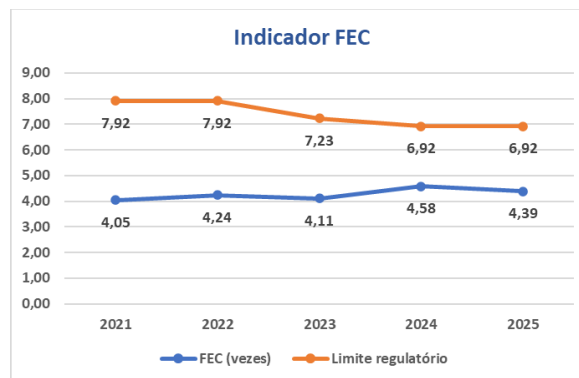
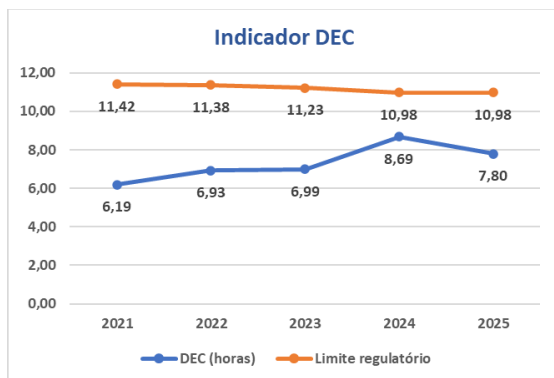
O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas da Santa Maria nos últimos 5 anos:



3.5 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:

Resultados de 2025



3.6 Balanço energético

O balanço energético reflete a energia contratada para atender à demanda do mercado da Companhia, considerando as perdas na distribuição e na rede básica, com o saldo ajustado no mercado de curto prazo. Em 2025, a compra de energia elétrica atingiu 645,046 GWh, em comparação com 622.857 GWh em 2024. O balanço energético da Santa Maria, expresso em GWh, é detalhado da seguinte forma:

Suprimento (GWh)		Faturamento (GWh)	
Bilaterais (a)	127,817	492,279	Fornecimento
CCEARs (b)	213,123	15,101	Perdas na rede básica
Energia Base (c)	236,163	61,471	Perdas técnicas
MCSO (d)	67,943	3,085	Perdas não técnicas
Mercado de curto prazo	-73,110	120,155	Energia em trânsito
Energia em trânsito	120,155		
	Energia requerida		
	692,091		

- Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda;
- Refere-se aos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (leilões);
- Refere-se ao Proinfa, às cotas de Angra I e II, às cotas de garantia física e à energia elétrica de Itaipu; e
- Refere-se ao mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica.

3.7 Investimentos

3.7.1 Investimentos em serviço

Em 2025, a Santa Maria incorporou ao ativo imobilizado em serviço recursos da ordem de R\$ 124,5 milhões (R\$ 33,8 milhões em 2024), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Resultados de 2025

Investimentos em serviço	2025	2024	Δ R\$ mil	Δ %
Linhas e redes de distribuição	87.983	30.827	57.156	185%
Subestações	36.975	248	36.727	14809%
Sistema de medição	5.170	4.936	234	5%
Veículos	1.826	2.820	(994)	-35%
Outros ativos	561	1.449	(888)	-61%
Investimento bruto	132.515	40.280	92.235	229%
(-) Obrigações especiais	(7.975)	(6.449)	(1.526)	24%
Investimento líquido	124.540	33.831	90.709	268%

A distribuição dos investimentos demonstra o foco da Companhia na expansão e modernização da infraestrutura de distribuição, com destaque para obras em linhas e redes e para a entrada em operação do sistema Colatina 2.

O aumento dos investimentos em serviço em 2025 decorre, principalmente, da entrada em operação do projeto Colatina 2, que até 2024 encontrava-se registrado como investimento em curso. Com a conclusão das obras e início da operação do sistema, os ativos relacionados — especialmente subestação e linhas de distribuição associadas — foram transferidos para o ativo imobilizado em serviço, resultando no aumento dos investimentos nessa categoria e na consequente redução do saldo de investimentos em curso.

O Projeto Colatina 2 foi concebido com o objetivo de ampliar a capacidade de atendimento e elevar a confiabilidade do sistema elétrico da Santa Maria, por meio da implantação de uma nova subestação e de linhas de distribuição que viabilizam uma segunda conexão ao Sistema Interligado Nacional (Rede Básica).

O investimento total do empreendimento foi de aproximadamente R\$ 88 milhões, distribuídos entre os principais componentes conforme apresentado a seguir:

Componente do projeto	Investimento (R\$ milhões)	Participação
SE Colatina 2	36,8	42%
LD João Neiva 2 – Colatina 2 (138 kV)	33,1	38%
LD Colatina 2 – Duas Vendinhas (69 kV)	18,1	21%
Total	88,0	100%

Além da incorporação dos ativos associados ao Projeto Colatina 2, os investimentos realizados ao longo do exercício permaneceram concentrados em obras de expansão e reforço do sistema elétrico, com foco em redes de distribuição e modernização de equipamentos, contribuindo para o aumento da confiabilidade e eficiência do fornecimento de energia elétrica na área de concessão.

Os investimentos realizados pela Companhia são financiados por meio de uma combinação de recursos próprios e financiamentos de longo prazo, em linha com a estratégia de manutenção do equilíbrio financeiro e suporte aos projetos de expansão e modernização da infraestrutura elétrica, conforme ilustrado a seguir:

Fonte de recursos	Características
Recursos próprios	Recursos provenientes da geração operacional de caixa
Financiamentos de longo prazo	Linhas de financiamento obtidas junto a instituições financeiras, com destaque para operações junto ao BNDES
Linhas de crédito de curto prazo	Instrumentos utilizados para gestão de capital de giro

3.7.1.1 Linhas e Redes de Distribuição

Os investimentos em linhas e redes de distribuição totalizaram R\$ 88,0 milhões em 2025 (R\$ 30,8 milhões em 2024). Esse montante contempla, além das obras usuais de expansão e reforço da rede, a incorporação de instalações associadas ao Projeto Colatina 2, incluindo novas linhas necessárias à integração da subestação ao sistema elétrico da Companhia.

No âmbito das melhorias operacionais, destacam-se intervenções como trifaseamento, reforço e interligação de alimentadores, instalação de religadores automáticos e atendimento a novos consumidores, bem como a ampliação da rede de distribuição e da capacidade instalada do sistema.

Adicionalmente, a Companhia manteve a adoção de soluções tecnológicas voltadas à sustentabilidade e eficiência operacional, incluindo a utilização de transformadores com óleo vegetal, bem como a instalação de postes e cruzetas de fibra de vidro e redes protegidas ou isoladas em áreas urbanas, contribuindo para maior confiabilidade e segurança do sistema elétrico.

3.7.1.2 Subestações

Os investimentos em subestações totalizaram R\$ 37,0 milhões em 2025, refletindo principalmente a entrada em operação da Subestação Colatina 2, empreendimento estratégico para a expansão e reforço da infraestrutura elétrica da Companhia.

A nova subestação possibilita uma segunda conexão ao Sistema Interligado Nacional (SIN), ampliando a segurança operativa do sistema e garantindo maior capacidade de atendimento à demanda crescente da região atendida pela Santa Maria.

3.7.1.3 Sistema de Medição

Os investimentos em sistema de medição totalizaram R\$ 5,2 milhões em 2025 (R\$ 4,9 milhões em 2024), destinados principalmente à instalação de medidores eletrônicos, ampliação de sistemas de telemedição e incorporação de medidores inteligentes.

Essas iniciativas contribuem para maior precisão na medição do consumo, redução de custos operacionais e melhoria no monitoramento e gestão da rede elétrica.

3.7.1.4 Veículos

Os investimentos em veículos totalizaram R\$ 1,8 milhão em 2025, destinados principalmente à renovação parcial da frota operacional utilizada nas atividades de manutenção, atendimento emergencial e suporte às obras de expansão e reforço do sistema elétrico.

3.7.2 Investimentos em curso

A Companhia possui investimentos em curso, cujos montantes em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Resultados de 2025

Investimentos em curso	2025	2024	Δ R\$ mil	Δ %
Infraestrutura da concessão	36.596	121.544	(84.948)	-70%
(-) Obrigações especiais	(7.226)	(6.328)	(898)	14%
Total	29.370	115.216	(85.846)	-75%

A redução dos investimentos em curso em 2025 decorre, principalmente, da conclusão e entrada em operação do projeto Colatina 2, cujos ativos foram transferidos para o ativo imobilizado em serviço ao longo do exercício.

Até 2024, esse projeto representava a parcela mais relevante dos investimentos em andamento da Companhia, incluindo a construção da subestação e das linhas de distribuição associadas. Com a finalização das obras, os ativos correspondentes passaram a compor a base de ativos em serviço da Santa Maria.

O investimento do projeto foi financiado por meio de recursos próprios e financiamento junto ao BNDES, reforçando o compromisso da Companhia com a expansão e modernização de sua infraestrutura elétrica e com o atendimento seguro e confiável aos consumidores da área de concessão.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

Para acompanhar o desempenho operacional e financeiro da Companhia, a administração utiliza um conjunto de indicadores que permitem avaliar a evolução das atividades, a eficiência operacional e a sustentabilidade financeira do negócio. Entre os principais indicadores monitorados destacam-se a receita operacional líquida, o EBITDA ajustado, o nível de endividamento e o índice de liquidez, além de indicadores operacionais típicos do setor de distribuição de energia elétrica, como DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora).

4.1 Principais indicadores

Indicadores financeiros	Unidade	2025	2024	Δ %
Ativo total	R\$ mil	436.279	437.986	0%
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	20.378	45.434	-55%
Patrimônio líquido	R\$ mil	197.858	200.251	-1%
Endividamento bruto	R\$ mil	134.124	109.115	23%
Endividamento líquido	R\$ mil	113.746	63.681	79%
Indicadores de resultados	Unidade	2025	2024	Δ %
Receita operacional bruta	R\$ mil	694.730	567.372	22%
Receita operacional líquida	R\$ mil	503.163	397.894	26%
EBITDA	R\$ mil	41.853	50.547	-17%
EBITDA ajustado	R\$ mil	44.692	54.266	-18%
Resultado financeiro	R\$ mil	(6.628)	(101)	6462%
Lucro líquido	R\$ mil	19.730	32.291	-39%
Indicadores relativos	Unidade	2025	2024	Δ %
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	8,88	13,64	-35%
Endividamento líquido / EBITDA ajustado	vezes	2,55	1,17	117%

Obs.: EBITDA ajustado inclui EBITDA mais participações estatutárias.

Resultados de 2025

4.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia atingiu R\$ 694.730 em 2025, representando aumento de R\$ 127.358 (22%) em relação a R\$ 567.372 em 2024. Já a receita operacional líquida registrou acréscimo de R\$ 105.269 (26%) em 2025, totalizando R\$ 503.163, em comparação com R\$ 397.894 em 2024. A seguir, são detalhadas as receitas operacionais da Santa Maria:

Descrição	2025	2024	Δ R\$ mil	Δ %
Fornecimento de energia e disponibilidade da rede	416.702	410.240	6.462	2%
Ativos e passivos financeiros setoriais	30.146	16.090	14.056	87%
Energia de curto prazo – CCEE	13.611	9.901	3.710	37%
AVJ do ativo financeiro indenizável	1.675	960	715	74%
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	94.464	84.566	9.898	12%
Receita de construção	132.515	40.282	92.233	229%
Outras receitas operacionais	5.617	5.333	284	5%
Receita operacional bruta	694.730	567.372	127.358	22%
(-) Tributos sobre a receita	(108.840)	(103.189)	(5.651)	5%
(-) Encargos setoriais	(81.896)	(65.209)	(16.687)	26%
(-) Outras deduções	(831)	(1.080)	249	-23%
Receita operacional líquida	503.163	397.894	105.269	26%

O desempenho observado no período foi influenciado principalmente pelo crescimento das receitas de construção, pela elevação das subvenções tarifárias e pelo aumento dos ativos e passivos financeiros setoriais, além da expansão moderada da receita de fornecimento de energia elétrica e uso do sistema de distribuição.

A seguir são apresentadas as principais variações das receitas operacionais da Companhia:

Fornecimento de energia e disponibilidade da rede – A receita apresentou crescimento de 2%, totalizando R\$ 416.702 em 2025, frente a R\$ 410.240 em 2024. Esse desempenho reflete, principalmente, o reajuste tarifário homologado pela ANEEL em setembro de 2025, com efeito tarifário médio de 16,83%, parcialmente compensado pela dinâmica de consumo e pela composição das classes de consumidores atendidas.

Ativos e passivos financeiros setoriais – A receita associada a esses itens totalizou R\$ 30.146 em 2025, representando aumento de 87% em relação ao exercício anterior. Essa variação está relacionada principalmente ao reconhecimento de compensações financeiras decorrentes do cenário hidrológico do setor elétrico, que impactou os custos de geração de energia e os mecanismos de neutralidade econômica do modelo regulatório.

Energia de curto prazo – CCEE – A receita proveniente da liquidação no mercado de curto prazo atingiu R\$ 13.611 em 2025, crescimento de 37% em comparação com R\$ 9.901 em 2024, refletindo principalmente o maior volume de energia liquidada no Mercado de Curto Prazo (MCP).

AVJ do ativo financeiro indenizável – O ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável totalizou R\$ 1.675 em 2025, aumento de 74% frente ao valor registrado no exercício anterior, refletindo a atualização financeira dos direitos de indenização relacionados aos ativos vinculados à concessão.

Subvenções vinculadas ao serviço concedido – As receitas de subvenções atingiram R\$ 94.464 em 2025, representando crescimento de 12% em relação a 2024. Essa receita está associada aos descontos tarifários concedidos a determinados grupos de consumidores, conforme previsto na

Resultados de 2025

regulação do setor elétrico. Nessas situações, a Companhia realiza o faturamento da energia elétrica com tarifa subsidiada, reconhecendo simultaneamente um direito de recebimento junto à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), de forma a recompor a receita correspondente aos descontos concedidos. O aumento observado no período reflete, principalmente, a maior concessão desses descontos tarifários no exercício.

Receita de construção – A receita de construção totalizou R\$ 132.515 em 2025, aumento de 229% em relação a 2024, refletindo principalmente o maior volume de investimentos realizados no exercício, com destaque para a conclusão e entrada em operação do Projeto Colatina 2. Conforme as práticas contábeis aplicáveis às concessões de distribuição de energia elétrica, essa receita é reconhecida pelo mesmo valor dos respectivos custos de construção, uma vez que a margem dessas atividades é considerada como sendo igual a zero, não produzindo efeitos no resultado da Companhia.

Em relação às deduções da receita, observou-se aumento nos encargos setoriais, que totalizaram R\$ 81.896 em 2025, crescimento de 26% frente ao exercício anterior, refletindo principalmente a elevação dos repasses à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e outros encargos definidos pela regulação do setor elétrico.

Como resultado desses efeitos combinados, a receita operacional líquida da Companhia apresentou crescimento de 26% em 2025, evidenciando a expansão das atividades operacionais e o impacto dos mecanismos tarifários e regulatórios aplicáveis ao setor de distribuição de energia elétrica.

4.3 Gastos operacionais

Os gastos operacionais da Companhia totalizaram R\$ 471.042 em 2025, aumento de R\$ 117.424 (+33%) em relação aos R\$ 353.618 registrados em 2024. Esse crescimento foi influenciado principalmente pelo maior volume de investimentos realizados no exercício, refletido no aumento do custo de construção, bem como pela elevação dos custos de energia elétrica adquirida para revenda e pela expansão das despesas com PMSO.

A composição dos gastos operacionais da Santa Maria é apresentada a seguir:

Descrição	2025	2024	Δ R\$ mil	Δ %
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	236.217	219.819	16.398	7%
Energia elétrica comprada para revenda	176.560	162.359	14.201	9%
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	59.657	57.460	2.197	4%
Gastos gerenciáveis - Parcela B	234.825	133.799	101.026	76%
PMSO	84.859	80.756	4.103	5%
Pessoal	44.622	41.293	3.329	8%
Administradores	5.791	5.481	310	6%
Materiais	4.903	5.121	(218)	-4%
Serviços de terceiros	20.069	19.266	803	4%
Seguros	970	833	137	16%
Tributos	684	1.071	(387)	-36%
Gastos diversos	7.820	7.691	129	2%
Outros gastos operacionais	149.966	53.043	96.923	183%
Provisões	1.894	1.365	529	39%
Arrendamentos e aluguéis	2.986	1.406	1.580	112%
Depreciação e amortização	12.571	9.990	2.581	26%
Custo de construção	132.515	40.282	92.233	229%
Total dos gastos operacionais	471.042	353.618	117.424	33%

Resultados de 2025

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) atingiram R\$ 236.217 em 2025, representando aumento de R\$ 16.398 (+7%) em relação ao exercício anterior. Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento no custo de energia elétrica comprada para revenda, que totalizou R\$ 176.560 no período, crescimento de 9% em comparação com 2024. A variação reflete, sobretudo, o cenário hidrológico menos favorável observado ao longo do exercício, que elevou os custos de geração no sistema e as liquidações financeiras no Mercado de Curto Prazo. Os encargos de transmissão, conexão e distribuição totalizaram R\$ 59.657, aumento de 4% em relação ao ano anterior.

Os gastos gerenciáveis (Parcela B) somaram R\$ 234.825 em 2025, aumento de R\$ 101.026 (+76%) em relação a 2024. Essa variação foi influenciada principalmente pelo maior volume de investimentos realizados no exercício, refletido no crescimento do custo de construção, além da elevação moderada das despesas com PMSO.

O custo de construção atingiu R\$ 132.515 em 2025, aumento de 229% em relação a 2024, refletindo o maior volume de investimentos realizados pela Companhia no exercício, com destaque para a conclusão e entrada em operação do Projeto Colatina 2 e para outras obras de expansão e reforço do sistema elétrico. Conforme as práticas contábeis aplicáveis às concessões de distribuição de energia elétrica, esse custo é reconhecido pelo mesmo valor da respectiva receita de construção, não produzindo efeitos no resultado da Companhia.

O PMSO totalizou R\$ 84.859 em 2025, crescimento de 5% em relação aos R\$ 80.756 registrados em 2024. Essa variação foi influenciada principalmente pelo aumento das despesas com pessoal, que atingiram R\$ 44.622, crescimento de 8% no período, impactadas pelo reajuste previsto no Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025 e por rescisões contratuais realizadas ao longo do exercício.

As despesas com serviços de terceiros totalizaram R\$ 20.069, aumento de 4% em relação ao exercício anterior, refletindo principalmente a intensificação de atividades operacionais associadas à leitura de medidores e à limpeza de faixas de servidão. Em sentido oposto, as despesas com materiais apresentaram redução de 4%, totalizando R\$ 4.903.

Adicionalmente, as despesas com arrendamentos e aluguéis totalizaram R\$ 2.986 em 2025, aumento de 112% em relação ao exercício anterior, refletindo principalmente a locação de parte da frota operacional e de imóveis utilizados nas atividades da Companhia, bem como a atualização dos valores de aluguel da sede administrativa e do depósito de materiais.

Por fim, a depreciação e amortização somaram R\$ 12.571 em 2025, crescimento de 26% em relação a 2024, refletindo principalmente a entrada em operação de novos ativos vinculados à expansão e ao reforço do sistema elétrico da Companhia ao longo do exercício.

4.4 Lucro líquido e geração de caixa

Em 2025, a Santa Maria registrou lucro líquido de R\$ 19.730, representando redução de 39% em relação aos R\$ 32.291 registrados em 2024. A geração operacional de caixa medida pelo EBITDA atingiu R\$ 41.853, frente a R\$ 50.547 no exercício anterior, enquanto o EBITDA ajustado totalizou R\$ 44.692 em 2025, redução de 18% em relação aos R\$ 54.266 registrados em 2024.

A redução desses indicadores reflete principalmente o aumento das despesas operacionais ao longo do exercício, com destaque para a dinâmica dos custos associados à aquisição de energia e demais gastos operacionais, parcialmente compensados pelo crescimento das receitas operacionais observado no período.

Resultados de 2025

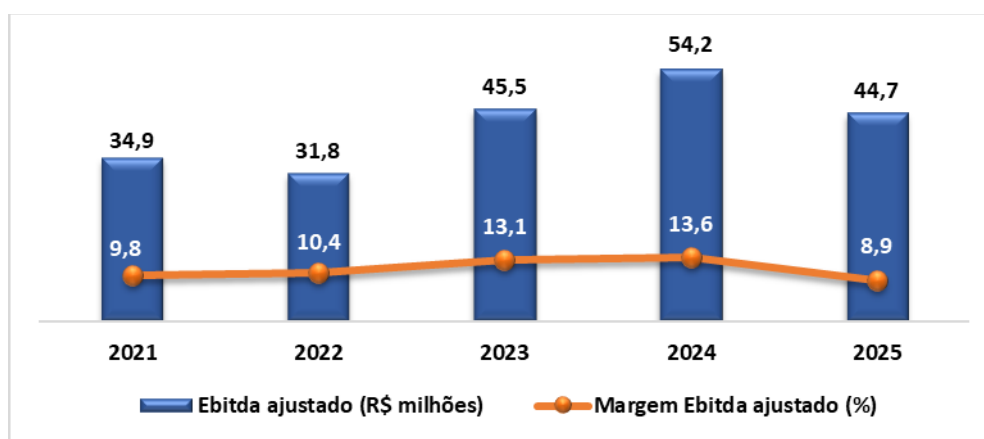
Adicionalmente, o resultado financeiro apresentou aumento relevante em relação ao exercício anterior, refletindo principalmente o maior nível de endividamento da Companhia para financiamento de investimentos.

A evolução desses indicadores é detalhada a seguir:

Descrição	2025	2024	Δ R\$ mil	Δ %
Lucro líquido do exercício	19.730	32.291	(12.561)	-39%
(+) Impostos	2.924	8.165	(5.241)	-64%
(+) Resultado financeiro	6.628	101	6.527	6462%
(+) Depreciação e amortização	12.571	9.990	2.581	26%
(=) EBITDA	41.853	50.547	(8.694)	-17%
(+) Participações estatutárias	2.839	3.719	(880)	-24%
(=) EBITDA ajustado	44.692	54.266	(9.574)	-18%

Obs.: EBITDA ajustado inclui EBITDA mais participações estatutárias.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do EBITDA ajustado da Companhia nos últimos 5 anos:



4.5 Estrutura de capital

Em 2025, o endividamento bruto da Companhia totalizou R\$ 134.124, aumento de 23% em relação aos R\$ 109.115 registrados em 2024. Esse aumento está relacionado principalmente à utilização de linhas de crédito destinadas ao financiamento das atividades da Companhia, incluindo investimentos no sistema de distribuição e necessidades de capital de giro.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa encerrou o exercício em R\$ 20.378, redução de 55% em comparação com os R\$ 45.434 registrados no exercício anterior, refletindo principalmente a aplicação de recursos na execução do plano de investimentos.

Como resultado desses movimentos, o endividamento líquido atingiu R\$ 113.746, aumento de 79% em relação aos R\$ 63.681 registrados em 2024. A relação entre o endividamento líquido e o EBITDA ajustado passou de 1,17 vez para 2,55 vezes, refletindo a redução do saldo de caixa ao longo do período e a diminuição do EBITDA ajustado no exercício.

A composição do endividamento da Companhia em 31 de dezembro é apresentada a seguir:

Resultados de 2025

Descrição	2025	2024	Δ %
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	28.059	6.260	348%
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	106.065	102.855	3%
Endividamento bruto	134.124	109.115	23%
Caixa e equivalentes de caixa	(20.378)	(45.434)	-55%
Endividamento (caixa) líquido	113.746	63.681	79%
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado	2,55	1,17	117%

A Companhia mantém uma estrutura de capital alinhada às necessidades de financiamento de seus programas de investimento e de capital de giro. No setor de distribuição de energia elétrica, variações no cenário hidrológico podem gerar descasamentos temporais entre os custos de aquisição de energia e o respectivo repasse tarifário, o que pode demandar a utilização de linhas de crédito de curto prazo para gestão do caixa.

5. GESTÃO ESG (AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA)

A Santa Maria direciona parte relevante de seus investimentos para iniciativas relacionadas à sustentabilidade, abrangendo projetos de eficiência energética, inovação tecnológica e expansão da infraestrutura elétrica, contribuindo para a confiabilidade do sistema elétrico e para o desenvolvimento da área de concessão.

Dimensão ESG	Categoria	Projeto / Iniciativa	Investimento em 2025 R\$ mil
Ambiental	Eficiência energética	Projetos SMI IV, ITE II e SMI V	R\$ 3.341
Inovação	Pesquisa e desenvolvimento	Projeto de tarifação dinâmica para mobilidade elétrica	R\$ 1.964
Infraestrutura	Expansão da rede	Projeto Colatina 2 e reforços da rede de distribuição	R\$ 124.540

Os investimentos apresentados refletem o compromisso da Companhia com a modernização da infraestrutura elétrica, o incentivo à inovação tecnológica e a promoção do uso eficiente da energia elétrica.

5.1 Dimensão ambiental

A Santa Maria conduz suas atividades com o compromisso de minimizar os impactos ambientais associados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, adotando práticas voltadas à prevenção, mitigação e compensação de impactos ambientais. A gestão ambiental da Companhia está fundamentada no atendimento à legislação aplicável, no cumprimento das exigências dos órgãos ambientais e na busca contínua pela melhoria de seus processos operacionais.

No desenvolvimento e operação de seus empreendimentos, a Companhia realiza o licenciamento ambiental de suas instalações e implementa medidas mitigadoras e compensatórias sempre que necessário, conforme estabelecido pelos órgãos ambientais competentes.

As principais frentes de atuação ambiental da Santa Maria são apresentadas a seguir:

Pilar ambiental	Principais iniciativas
Licenciamento ambiental	Obtenção de licenças ambientais para implantação, operação e manutenção das instalações elétricas
Gestão da vegetação	Poda e manejo controlado da vegetação nas faixas de servidão das redes de distribuição
Conservação ambiental	Monitoramento ambiental, manutenção de aceiros e ações de reflorestamento

Resultados de 2025

Pilar ambiental	Principais iniciativas
Uso eficiente de recursos	Reutilização de águas pluviais e de sistemas de ar condicionado nas instalações administrativas
Educação ambiental	Ações de conscientização ambiental voltadas a colaboradores e comunidades

Gestão da biodiversidade e vegetação

A principal interação das atividades da Companhia com o meio ambiente está associada à implantação e manutenção das redes de distribuição de energia elétrica, especialmente nas faixas de servidão das linhas, onde é necessário realizar o manejo da vegetação para garantir a segurança do sistema elétrico e da população.

Nesse contexto, a Santa Maria realiza atividades de poda e manejo controlado da vegetação, monitoramento ambiental das áreas impactadas, manutenção de aceiros e iniciativas de reflorestamento e compensação ambiental. As atividades de poda são executadas exclusivamente por profissionais habilitados e capacitados, observando boas práticas ambientais e de segurança.

Gestão hídrica

As operações da Companhia apresentam baixo impacto sobre recursos hídricos, uma vez que suas atividades não demandam captação significativa de água para processos operacionais.

Ainda assim, a Santa Maria adota práticas voltadas ao uso eficiente da água em suas instalações administrativas. Entre essas iniciativas destaca-se o reaproveitamento de água proveniente de aparelhos de ar-condicionado e de águas pluviais, direcionadas para utilização nos sanitários da sede administrativa, contribuindo para a conservação dos recursos hídricos.

Educação e conscientização ambiental

A Companhia também desenvolve iniciativas de educação ambiental voltadas a colaboradores e comunidades atendidas, com o objetivo de incentivar práticas sustentáveis e promover a preservação do meio ambiente nas áreas de atuação da concessionária.

Por meio dessas ações, a Santa Maria busca fortalecer a cultura de responsabilidade ambiental e contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

5.2 Dimensão social

A Santa Maria desenvolve iniciativas voltadas ao fortalecimento das comunidades em sua área de concessão, buscando contribuir para o desenvolvimento social por meio de ações nas áreas de educação, capacitação profissional, cultura, esporte e apoio a iniciativas comunitárias.

As ações sociais da Companhia priorizam o incentivo à formação profissional, a promoção de campanhas de conscientização e o apoio a projetos sociais e culturais desenvolvidos nas comunidades atendidas.

As principais iniciativas apoiadas ou desenvolvidas pela Companhia são apresentadas a seguir:

Área de atuação	Iniciativas
Saúde e conscientização	Apoio às campanhas Outubro Rosa e Novembro Azul no município de Colatina, voltadas à conscientização sobre a prevenção do câncer de mama e de próstata

Resultados de 2025

Área de atuação	Iniciativas
Apoio social	Doações para iniciativas sociais locais, incluindo ações voltadas ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA)
Educação e capacitação	Realização do projeto Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, em parceria com o SENAI Colatina, oferecendo formação gratuita para profissionais interessados em atuar no setor elétrico
Cultura	Apoio a iniciativas culturais locais, incluindo projetos editoriais e eventos comunitários
Esporte	Patrocínio de atletas e apoio a eventos esportivos no município de Colatina
Ações comunitárias	Doação de brinquedos, apoio a eventos comunitários e iniciativas sociais voltadas ao público infantil
Sustentabilidade	Apoio institucional ao Prêmio Biguá de Sustentabilidade, voltado à valorização de iniciativas de preservação ambiental

Entre as iniciativas desenvolvidas pela Companhia, destaca-se o projeto Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, realizado em parceria com o SENAI Colatina. O projeto oferece curso gratuito de formação profissional com carga horária de aproximadamente 380 horas, contribuindo para a capacitação de profissionais e para a geração de oportunidades de trabalho no setor de distribuição de energia elétrica.

Por meio dessas iniciativas, a Santa Maria busca fortalecer seu relacionamento com as comunidades atendidas e contribuir para o desenvolvimento social das regiões em que atua.

5.2.1 Valorização da diversidade e inclusão corporativa

A Santa Maria busca promover um ambiente de trabalho baseado no respeito, na igualdade de oportunidades e na valorização da diversidade entre seus colaboradores, princípios que também orientam suas relações com consumidores, fornecedores e a comunidade.

Nesse contexto, a Companhia adota práticas voltadas à promoção de um ambiente organizacional inclusivo, incentivando a diversidade em seus processos de recrutamento e desenvolvimento profissional.

As principais práticas relacionadas à diversidade e inclusão adotadas pela Companhia são apresentadas a seguir:

Tema	Práticas adotadas
Igualdade de oportunidades	Promoção de ambiente de trabalho baseado no respeito e na diversidade
Inclusão	Programa de contratação de pessoas com deficiência
Cultura organizacional	Incentivo à diversidade nos processos de recrutamento e desenvolvimento

Por meio dessas iniciativas, a Santa Maria busca fortalecer um ambiente corporativo inclusivo e alinhado às boas práticas de gestão de pessoas.

5.2.2 Pesquisa, desenvolvimento e inovação (PDI)

Em 2025, a Santa Maria deu continuidade ao projeto denominado “*Desenvolvimento e implantação de novo modelo de tarifação dinâmica para recarga de veículos elétricos em rede de eletropostos na área de concessão da ELFSM*”, desenvolvido no âmbito do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) do setor elétrico.

As principais características do projeto são apresentadas a seguir:

Resultados de 2025

Item	Descrição
Projeto	Tarifação dinâmica para recarga de veículos elétricos
Área temática	Mobilidade elétrica
Objetivo	Desenvolvimento de modelo de tarifação dinâmica para recarga de veículos elétricos
Investimento previsto	R\$ 1.964
Prazo de execução	38 meses
Principais entregas	Desenvolvimento de algoritmo de tarifação, testes em campo e avaliação da viabilidade operacional do modelo

O investimento realizado integra as obrigações regulatórias do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da ANEEL, que destina parte da receita operacional das concessionárias de distribuição ao desenvolvimento de soluções tecnológicas para o setor elétrico.

O projeto busca desenvolver um modelo de tarifação baseado em múltiplos parâmetros, considerando fatores como horário de utilização dos carregadores, demanda pelo uso da infraestrutura, características técnicas da rede de distribuição, potência utilizada na recarga e condições da instalação elétrica local.

A iniciativa também contempla a realização de testes em campo e a instalação de equipamentos de recarga e veículos elétricos para avaliação prática da solução proposta na área de concessão da Companhia.

5.2.3 Eficiência energética

A Santa Maria desenvolve projetos no âmbito do Programa de Eficiência Energética (PEE), regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), com o objetivo de promover o uso eficiente da energia elétrica por meio da modernização de sistemas de iluminação e da adoção de tecnologias mais eficientes.

Em 2025, a Companhia executou e desenvolveu projetos voltados principalmente à substituição de equipamentos de iluminação convencional por soluções baseadas em tecnologia LED, proporcionando redução no consumo de energia e na demanda no horário de ponta do sistema elétrico.

Os principais projetos desenvolvidos no período são apresentados a seguir:

Projeto	Município	Principais ações	Investimento	Economia de energia
Santa Maria Ilumina IV (SMI IV)	Colatina/ES	Substituição de 1.559 luminárias convencionais por tecnologia LED	R\$ 1.411	806 MWh/ano
Iluminando Talentos com Eficiência II (ITE II)	Marilândia/ES	Substituição de refletores do estádio municipal por refletores LED	R\$ 125	9 MWh/ano
Santa Maria Ilumina V (SMI V)	Colatina/ES	Substituição prevista de 2.000 luminárias por tecnologia LED	R\$ 1.805	Em implantação

Os projetos desenvolvidos no âmbito do Programa de Eficiência Energética contribuem para a modernização da infraestrutura de iluminação pública, redução do consumo de energia elétrica e melhoria da eficiência energética na área de concessão da Companhia.

O projeto Santa Maria Ilumina IV (SMI IV) resultou na substituição de luminárias de vapor de sódio, mercúrio e metálico por luminárias de tecnologia LED no município de Colatina/ES, onde se concentra a maior quantidade de luminárias convencionais na área de concessão da Companhia. A iniciativa proporcionou uma economia de energia de aproximadamente 806 MWh por ano e uma redução de demanda no horário de ponta superior a 193 kW.

Resultados de 2025

Considerando os benefícios energéticos obtidos, o projeto apresentou economia monetária anual estimada em R\$ 401.839 sob a ótica do sistema e de R\$ 601.827 sob a ótica do consumidor. A relação custo-benefício (RCB) do projeto foi de 0,33, valor significativamente inferior ao limite regulatório de 0,80 estabelecido pela ANEEL.

O projeto Iluminando Talentos com Eficiência II (ITE II) encontra-se em andamento e prevê a substituição de refletores convencionais do estádio municipal de Marilândia/ES por refletores LED de maior eficiência energética, proporcionando melhoria na uniformidade da iluminação e redução do consumo de energia elétrica.

Adicionalmente, foi iniciado em 2025 o projeto Santa Maria Ilumina V (SMI V), que prevê a substituição de aproximadamente 2.000 luminárias convencionais por luminárias LED no município de Colatina/ES, com prazo estimado de execução de 12 meses.

Por fim, em abril de 2025, a ANEEL aprovou, por meio da Nota Técnica nº 118/2025-STE/ANEEL, o investimento realizado no projeto Santa Maria Ilumina I (SMI I), reconhecendo o montante aplicado de R\$ 3.875. O projeto contemplou a substituição de 2.805 luminárias convencionais por luminárias LED em municípios da área de concessão da Companhia.

Esse reconhecimento evidencia a adequada execução dos recursos do Programa de Eficiência Energética e reforça o compromisso da Santa Maria com a promoção do uso eficiente da energia elétrica em sua área de atuação.

5.2.4 Gestão de pessoas

A gestão de pessoas constitui um dos pilares estratégicos da Santa Maria, buscando alinhar os objetivos organizacionais ao desenvolvimento profissional de seus colaboradores. As práticas adotadas abrangem recrutamento, capacitação, avaliação de desempenho e promoção de um ambiente de trabalho seguro e colaborativo, contribuindo para o fortalecimento da cultura organizacional e para a melhoria contínua dos resultados da Companhia.

A Companhia também assegura aos seus colaboradores o direito à livre associação sindical e mantém diálogo permanente com o sindicato da categoria para negociação e formalização de acordos coletivos de trabalho, que contemplam, entre outros temas, reajustes salariais e atualização de benefícios.

5.2.4.1 Certificação Great Place to Work (GPTW)

Em 2025, a Santa Maria conquistou novamente a certificação Certificação Great Place to Work (GPTW), reconhecimento internacional que avalia a qualidade do ambiente de trabalho e o nível de satisfação dos colaboradores.

A certificação considera aspectos relacionados à cultura organizacional e à percepção dos colaboradores sobre o ambiente de trabalho, incluindo fatores como liderança, comunicação interna, oportunidades de desenvolvimento profissional e práticas de diversidade e inclusão.

A recertificação reforça o compromisso da Companhia com a valorização de seus colaboradores e com a manutenção de um ambiente organizacional baseado no respeito, na confiança e na transparência.

Resultados de 2025

5.2.4.2 Quadro Funcional

Ao final de 2025, a Santa Maria mantinha um quadro funcional composto por empregados próprios e aprendizes, além de contar com colaboradores terceirizados que atuam principalmente em atividades operacionais.

Ao longo do exercício também foram registrados movimentos de admissão e desligamento de colaboradores, refletindo a dinâmica de gestão do quadro de pessoal da Companhia.

Os principais indicadores relacionados ao quadro de pessoal da Companhia são apresentados a seguir:

Indicador	31/12/2025	31/12/2024
Colaboradores próprios	361	347
Colaboradores terceirizados	113	120
Admissões no ano	59	45
Desligamentos no ano	62	38
Aprendizes	17	17

A composição do quadro funcional próprio da Companhia, considerando a distribuição por gênero e categoria funcional, é apresentada a seguir:

Empregados próprios em 31/12/2025, por gênero e categoria funcional

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	49	16%	11	19%	60	17%
Engenheiros, especialistas e analistas	66	22%	35	60%	101	28%
Eletricistas, técnicos e operadores	188	62%	12	21%	200	55%
Total	303	100%	58	100%	361	100%

A estrutura do quadro funcional evidencia a predominância de profissionais técnicos e operacionais, refletindo a natureza das atividades desenvolvidas pela Companhia no setor de distribuição de energia elétrica.

A distribuição do nível de escolaridade dos empregados próprios ao final do exercício é apresentada a seguir:

Nível de escolaridade dos empregados próprios em 31/12/2025

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	98	27%
Ensino médio	193	53%
Ensino fundamental	70	19%
Total	361	100%

A Companhia mantém foco permanente no desenvolvimento e na qualificação de seus colaboradores, buscando assegurar a disponibilidade de competências essenciais para a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

5.2.4.3 Treinamento e Desenvolvimento

Em razão da natureza de suas atividades no setor de distribuição de energia elétrica, a Santa Maria mantém foco permanente na capacitação técnica e na segurança do trabalho de seus colaboradores.

Resultados de 2025

Nesse contexto, são realizados treinamentos periódicos voltados ao atendimento das Normas Regulamentadoras aplicáveis às atividades do setor elétrico, com destaque para NR-10 (segurança em instalações e serviços em eletricidade), NR-35 (trabalho em altura) e NR-17 (ergonomia).

Os principais treinamentos realizados em 2025 são apresentados a seguir:

Tipo de treinamento	Conteúdo
Segurança operacional	NR-10, NR-35, NR-20, NR-5 (CIPA)
Operação de equipamentos	Operação de guindauto, motopoda e motosserra
Segurança e emergência	Formação e reciclagem de brigadistas
Ergonomia	NR-17 – teleatendimento e telemarketing
Capacitação técnica	Formação de eletricitistas de redes de distribuição
Desenvolvimento profissional	Excel básico e avançado, integração de novos colaboradores

Reforçando seu compromisso com a formação profissional no setor elétrico, a Santa Maria concluiu, em 2025, mais uma turma do Curso de Formação de Eletricitistas de Distribuição, a quinta realizada em parceria com o SENAI Colatina. O programa oferece capacitação gratuita e bolsa de estudos aos participantes durante o período de formação.

5.2.4.4 Saúde e Segurança no Trabalho

A saúde e a segurança no trabalho constituem elementos essenciais na gestão de pessoas da Santa Maria, especialmente em razão das características operacionais do setor de distribuição de energia elétrica. Nesse contexto, a Companhia adota práticas voltadas à prevenção de acidentes, à capacitação contínua dos colaboradores e à promoção de condições seguras para a execução das atividades operacionais.

Entre as principais iniciativas desenvolvidas pela Companhia destacam-se os treinamentos periódicos voltados ao atendimento das Normas Regulamentadoras aplicáveis às atividades do setor elétrico, incluindo a NR-10, que estabelece requisitos de segurança em instalações e serviços em eletricidade, e a NR-35, que define medidas de proteção para atividades realizadas em altura.

Também são realizados treinamentos relacionados à operação segura de equipamentos, prevenção de acidentes e atuação em emergências.

Complementarmente às ações voltadas à segurança operacional, a Companhia promove iniciativas relacionadas à saúde e ao bem-estar dos colaboradores. Em 2025, foi realizada campanha de vacinação contra a gripe, com a disponibilização gratuita da vacina antigripal quadrivalente, resultando na imunização de mais de 150 colaboradores.

Por meio dessas ações, a Santa Maria busca fortalecer uma cultura organizacional orientada à prevenção de riscos, à proteção da saúde dos colaboradores e à melhoria contínua das condições de trabalho.

5.2.5 Fornecedores

A Santa Maria adota práticas de seleção e avaliação de fornecedores que consideram não apenas critérios técnicos e comerciais, como qualidade, preço e prazo de entrega, mas também aspectos relacionados ao cumprimento da legislação aplicável e à observância de padrões éticos nas relações de trabalho.

Nesse contexto, a Companhia exige de seus fornecedores o cumprimento da legislação trabalhista, previdenciária e fiscal vigente, bem como a adoção de práticas compatíveis com os princípios de responsabilidade social. Os contratos firmados pela Santa Maria incluem cláusulas específicas que

Resultados de 2025

vedam a utilização de trabalho infantil e estabelecem obrigações relacionadas ao cumprimento da legislação aplicável.

A cadeia imediata de suprimentos da Companhia é composta principalmente por fornecedores de equipamentos, materiais e serviços necessários à operação do sistema de distribuição de energia elétrica, destacando-se, entre outros, transformadores, postes, cabos, serviços de construção de redes e atividades de limpeza de faixas de servidão.

5.2.6 Clientes

A Santa Maria compreende que a experiência do cliente é construída a partir de todos os pontos de contato com a Companhia — desde o atendimento técnico em campo e a qualidade do fornecimento de energia elétrica até a clareza das informações apresentadas na fatura de energia e a cordialidade no atendimento prestado pelos canais de relacionamento.

Com o objetivo de aprimorar continuamente a qualidade do atendimento, a Companhia investe na capacitação de suas equipes, na melhoria de processos e na ampliação dos canais de relacionamento, buscando oferecer aos consumidores um atendimento acessível, ágil e eficiente.

Nesse contexto, a Santa Maria disponibiliza diversos canais de atendimento para facilitar a interação com seus clientes, incluindo a Central de Atendimento Telefônico (Call Center), o site institucional, o aplicativo para dispositivos móveis, o atendimento via WhatsApp® e as agências de atendimento presencial.

Atendimentos realizados por canal

Ao longo de 2025, a Companhia registrou 385.475 atendimentos, comparados a 366.094 atendimentos em 2024, distribuídos entre os diferentes canais de relacionamento conforme apresentado a seguir:

Canal de atendimento	31/12/2025	31/12/2024
Central de atendimento telefônico	95.627	107.431
Site e aplicativo	15.978	14.165
WhatsApp®	147.760	121.209
Agências presenciais	126.110	123.289
Total	385.475	366.094

A diversidade de canais de atendimento permite que os clientes escolham a forma de interação mais adequada às suas necessidades, contribuindo para maior eficiência no atendimento e melhoria na experiência do consumidor.

Avaliação da qualidade do atendimento

Como parte de sua política de melhoria contínua, a Santa Maria participa anualmente das avaliações promovidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e pela Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (ABRADEE), que analisam a percepção dos consumidores quanto à qualidade dos serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica.

Além dessas avaliações externas, a Companhia também realiza monitoramento interno da qualidade do atendimento, buscando identificar oportunidades de melhoria e aprimorar continuamente seus processos de relacionamento com os clientes.

Resultados de 2025

Ouvidoria

A Santa Maria mantém uma estrutura de ouvidoria responsável por receber reclamações, sugestões, denúncias, elogios e pedidos de informação apresentados pelos consumidores. A área atua como instância de segunda linha no relacionamento com o cliente, garantindo resposta às manifestações recebidas e intermediando, quando necessário, as demandas junto à ouvidoria da ANEEL.

Em 2025, foram registradas 312 manifestações de clientes, em comparação com 274 manifestações em 2024, distribuídas conforme demonstrado a seguir:

Tipo de manifestação	31/12/2025	31/12/2024
Reclamações	133	111
Pedidos de informação	172	159
Elogios	3	3
Sugestões	2	-
Denúncias	2	1
Total	312	274

A Ouvidoria da Santa Maria conquistou o 2º lugar no Prêmio ANEEL de Ouvidoria 2024, na categoria de distribuidoras de médio porte. A premiação reconhece a eficiência no atendimento, a qualidade das respostas e a resolutividade das manifestações recebidas, reforçando o compromisso da Companhia com a transparência, o respeito ao consumidor e a melhoria contínua dos serviços prestados.

5.3 Governança corporativa

A Santa Maria adota práticas de governança corporativa baseadas nos princípios da ética, transparência, responsabilidade e equidade, buscando assegurar a adequada condução de seus negócios e a geração sustentável de valor para acionistas, clientes, colaboradores e demais partes interessadas.

A estrutura de governança da Companhia é composta pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal, pela Diretoria Executiva e por órgãos de assessoramento e controle, que atuam de forma integrada para garantir a supervisão das atividades da Companhia, a gestão adequada de riscos e a observância das normas legais e regulatórias aplicáveis.

5.3.1 Referencial estratégico

A Companhia orienta suas atividades a partir das diretrizes estabelecidas em seu plano de negócios, que define o direcionamento estratégico e as metas que norteiam a atuação da administração.

Esse referencial estratégico está fundamentado no propósito, missão, visão e valores da organização, que orientam a condução de suas atividades e o relacionamento com seus diversos públicos.

Resultados de 2025

Propósito: Ser a energia que impulsiona vidas e negócios.

MISSÃO	VISÃO	VALORES
Levar energia elétrica com qualidade a todos os cantos e para toda sociedade.	Ser reconhecida como a melhor distribuidora de energia elétrica do Brasil.	Ética Transparência Segurança Competência Comprometimento Sustentabilidade

Ética	Agir respeitando as regras e preceitos morais dos indivíduos e da sociedade.
Transparência	Clareza no relacionamento com seus clientes, colaboradores, fornecedores, investidores e demais integrantes da sociedade.
Segurança	Zelar pela vida como bem maior.
Competência	Disponer de profissionais qualificados trabalhando em equipe, buscando a excelência na prestação dos serviços.
Comprometimento	Compromisso em contribuir com o desenvolvimento de todos os setores da sociedade.
Sustentabilidade	Buscar a longevidade do negócio incluindo diretrizes de responsabilidade social e ambiental.

5.3.2 Estrutura de governança

A estrutura de governança da Santa Maria é organizada de forma a assegurar transparência, responsabilidade na tomada de decisões e adequada supervisão das atividades da Companhia.

Essa estrutura contempla a atuação da Assembleia Geral, do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e dos órgãos de assessoramento e controle, conforme ilustrado no organograma apresentado a seguir:



A estrutura de governança da Santa Maria é composta por órgãos responsáveis pela definição das diretrizes estratégicas, supervisão da gestão e execução das atividades operacionais da Companhia.

A composição desses órgãos e seus respectivos mandatos estão resumidos na tabela a seguir:

Resultados de 2025

Órgão	Composição	Mandato
Conselho de Administração	5 membros, sendo 1 independente	3 anos
Conselho Fiscal	3 membros efetivos e 3 suplentes	Até a AGO de 2026
Diretoria Executiva	3 diretores	3 anos
Comitê de Auditoria, Compliance e Riscos	3 membros, incluindo conselheiro independente	Definido pela administração
Comitê de Ética	7 membros indicados pela Diretoria Executiva	Definido pela administração
Comitê Técnico de Engenharia	3 membros, incluindo conselheiro de administração	Definido pela administração

5.3.3 Assembleia geral

A Assembleia Geral constitui o nível máximo de deliberação da Companhia, reunindo os acionistas para deliberar sobre matérias estratégicas e societárias relevantes.

A Santa Maria adota mecanismos destinados à proteção dos interesses de seus acionistas, incluindo a previsão estatutária de dividendo mínimo obrigatório, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma da legislação societária.

Adicionalmente, a Companhia pode realizar o pagamento de juros sobre capital próprio, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

5.3.4 Conselho de administração

O Conselho de Administração é responsável pela definição das diretrizes estratégicas da Companhia e pela supervisão das atividades da Diretoria Executiva, atuando como órgão central de governança e orientação estratégica.

O órgão é composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, incluindo um membro independente, com mandato de três anos, permitida a reeleição.

Sua atuação é orientada pela proteção e valorização do patrimônio da Companhia, pela sustentabilidade dos negócios e pela geração de valor para os acionistas.

Conselho de administração

Presidente	Cícero Machado de Moraes
Vice-Presidente	Miguel Coutinho Coelho da Silva
Membro	Ricardo Pinto Pinheiro
Membro	Angelo Arpini Coutinho Filho
Membro Independente	Fernando Antonio Moreira Calaes

A composição do Conselho de Administração reúne profissionais com experiência relevante em gestão empresarial, regulação, infraestrutura, mercado financeiro e setor elétrico. Essa diversidade de competências contribui para a definição das diretrizes estratégicas da Companhia e para o fortalecimento de suas práticas de governança corporativa.

Perfil de competências do Conselho de Administração

Área de experiência	Contribuição para a governança
Setor elétrico e infraestrutura energética	Experiência em geração, transmissão e distribuição de energia, além de participação em projetos de expansão e operação do sistema elétrico
Regulação e políticas públicas	Atuação em órgãos governamentais, agências reguladoras e entidades do setor de energia
Finanças e mercado de capitais	Experiência em gestão de investimentos, estruturação financeira e avaliação de projetos
Gestão empresarial e estratégia	Atuação na administração de empresas, planejamento estratégico e desenvolvimento de negócios
Engenharia e tecnologia energética	Formação técnica e experiência em projetos de engenharia e desenvolvimento de soluções energéticas

A diversidade de experiências e competências presentes no colegiado contribui para o fortalecimento das práticas de governança da Companhia e para a adequada supervisão das decisões estratégicas.

5.3.5 Conselho fiscal

O Conselho Fiscal exerce a função de fiscalização dos atos da administração, atuando de forma independente na verificação do cumprimento das obrigações legais e estatutárias da Companhia.

Regularmente instalado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 2025, o órgão é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, com mandato vigente até a Assembleia Geral Ordinária de 2026.

Conselho fiscal	
Presidente	Daniel Berselli Marinho
Membro	Clóvis A. Pereira Pinto
Membro	Ricardo Julio Rodil
Membro Suplente	Gustavo Bateman Pela
Membro Suplente	Edison Carlos Fernandes
Membro Suplente	Maria Luiza dos Anjos Oliveira

5.3.6 Diretoria executiva

A Diretoria Executiva é responsável pela gestão operacional da Companhia e pela execução das diretrizes e políticas definidas pelo Conselho de Administração.

O órgão é composto por três diretores eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de três anos, permitida a reeleição.

Diretoria executiva	
Diretor-Presidente	Arthur Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente	Angelo Arpini Coutinho
Diretor	Angelo André Bosi

5.3.7 Comitês

Para apoiar a governança corporativa e fortalecer os mecanismos de supervisão e assessoramento da administração, a Companhia mantém comitês especializados responsáveis por analisar temas específicos e apoiar o processo de tomada de decisão. Os principais comitês da Companhia são:

Comitê de auditoria, compliance e riscos

Órgão composto por três membros, sendo obrigatoriamente um conselheiro independente da Companhia. Sua função é assessorar o Conselho de Administração de forma autônoma, avaliando os atos da administração e incentivando a adoção das melhores práticas de mercado em temas relacionados à contabilidade, gestão de riscos, compliance, conduta ética, controles internos e auditoria.

Comitê de ética

Formado por sete membros eleitos pela Diretoria Executiva, é responsável por assegurar o cumprimento das diretrizes corporativas e a execução das metas relacionadas à conduta ética. O comitê promove ações de conscientização e disseminação de boas práticas profissionais, além de conduzir investigações decorrentes de denúncias registradas por meio do Canal de Denúncias.

Comitê técnico de engenharia

Órgão composto por três membros, sendo obrigatoriamente um conselheiro de administração da Companhia. Sua função é apoiar a administração na garantia da operação segura, eficiente e confiável da rede elétrica, assegurando que a infraestrutura de distribuição atenda aos padrões técnicos, regulatórios e de segurança aplicáveis.

5.3.8 Ética e integridade

A Santa Maria repudia qualquer prática de corrupção ou pagamento de propina e mantém diretrizes claras estabelecidas em seu Código de Conduta Ética e Integridade, amplamente divulgado entre colaboradores e partes interessadas.

A Companhia disponibiliza um canal exclusivo para registro de denúncias e esclarecimentos, garantindo sigilo e confidencialidade das informações. Todas as manifestações recebidas são encaminhadas ao Comitê de Ética, responsável pela apuração dos fatos e pela adoção das medidas cabíveis, quando constatadas violações ao código de conduta.

A Santa Maria compromete-se a conduzir suas operações em conformidade com os princípios estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com os princípios do Pacto Global das Nações Unidas, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais em todas as suas relações de negócios.

Adicionalmente, a Companhia mantém sistema de gestão certificado pela norma ISO 9001, reforçando seu compromisso com a padronização de processos e a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados.

5.3.9 Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos integra a estrutura do departamento de Riscos e Controles Internos da Santa Maria, responsável por apoiar as áreas da Companhia na identificação, avaliação, monitoramento e mitigação dos principais riscos associados às suas atividades.

Esse processo é conduzido por meio da matriz de riscos e oportunidades da Companhia, instrumento utilizado para mapear eventos que possam impactar a execução da estratégia e a continuidade das operações, bem como para definir planos de ação destinados à mitigação dos riscos identificados. Os riscos monitorados pela Companhia são classificados em riscos econômico-financeiros e riscos não econômico-financeiros, conforme apresentado a seguir:

Classificação	Categoria de risco	Descrição
Econômico-financeiro	Mercado	Riscos associados principalmente à variação de taxas de juros e índices de inflação que podem impactar o custo de financiamentos e o valor de ativos e passivos financeiros
Econômico-financeiro	Liquidez	Risco relacionado à capacidade da Companhia de honrar suas obrigações financeiras nos prazos estabelecidos
Econômico-financeiro	Crédito	Risco de inadimplência de clientes ou contrapartes nas operações financeiras
Não econômico-financeiro	Operacional	Riscos relacionados à continuidade, segurança e eficiência da operação do sistema de distribuição de energia elétrica
Não econômico-financeiro	Regulatório	Riscos decorrentes de alterações na regulação do setor elétrico ou em decisões da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Não econômico-financeiro	Estratégico	Riscos relacionados à execução do planejamento estratégico e às mudanças no ambiente de negócios
Não econômico-financeiro	Reputacional	Riscos associados à percepção da Companhia por clientes, investidores, reguladores e demais partes interessadas
Não econômico-financeiro	Socioambiental	Riscos relacionados aos impactos ambientais e sociais das atividades da Companhia
Não econômico-financeiro	Concentração	Riscos relacionados à dependência de determinados mercados, fornecedores ou fontes de financiamento

A Diretoria Executiva, com o suporte do departamento de Riscos e Controles Internos, é responsável por coordenar as ações destinadas à identificação, prevenção, monitoramento e mitigação desses riscos, assegurando o alinhamento entre a gestão de riscos e os objetivos estratégicos da Companhia.

5.3.10 Programa de integridade

Em busca da melhoria contínua de seus mecanismos de governança, a Santa Maria implementou um Programa de Integridade alinhado às melhores práticas de mercado.

Além do Código de Conduta Ética e Integridade, a Companhia adotou políticas específicas voltadas à prevenção e detecção de atos ilícitos, à contratação de terceiros e à regulamentação de transações com partes relacionadas.

Essas iniciativas fortalecem os controles internos, aumentam a transparência dos processos e contribuem para o aprimoramento permanente da governança corporativa da Companhia.

Resultados de 2025

5.4 Balanço social

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A						
Balanço social - Formulário IBase						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024						
(Em milhares de reais)						
1 - Base de cálculo	2025			2024		
Receita líquida (RL)	503.163			397.894		
Resultado operacional (RO)	32.121			44.276		
Folha de pagamento bruta (FPB)	50.413			46.774		
2 - Indicadores sociais internos	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.520	6,98%	0,70%	3.025	6,47%	0,76%
Encargos sociais compulsórios	10.617	21,06%	2,11%	10.138	21,67%	2,55%
Previdência privada	1.383	2,74%	0,27%	1.323	2,83%	0,33%
Saúde	964	1,91%	0,19%	880	1,88%	0,22%
Segurança e medicina do trabalho	790	1,57%	0,16%	582	1,24%	0,15%
Educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	259	0,51%	0,05%	294	0,63%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos lucros ou resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (val-transporte / seguro de vida)	179	0,36%	0,04%	186	0,40%	0,05%
Total dos indicadores sociais internos	17.712	35,13%	3,52%	16.428	35,12%	4,13%
3 - Indicadores sociais externos	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Educação	2	0,01%	0,00%	28	0,06%	0,01%
Cultura	6	0,02%	0,00%	21	0,05%	0,01%
Fundo dos direitos da criança e do adolescente	15	0,05%	0,00%	15	0,03%	0,00%
Saúde e saneamento	12	0,04%	0,00%	4	0,01%	0,00%
Esporte	18	0,06%	0,00%	24	0,05%	0,01%
Combate à fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Outros (doações e patrocínios)	64	0,20%	0,01%	78	0,18%	0,02%
Total das contribuições para a sociedade	117	0,38%	0,01%	170	0,38%	0,04%
Tributos (excluídos encargos sociais)	112.948	351,63%	22,45%	112.975	255,16%	28,39%
Total dos indicadores sociais externos	113.065	352,01%	22,45%	113.145	255,54%	28,44%
4 - Indicadores ambientais	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	Valores R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção / operação da empresa	4	0,01%	0,00%	220	0,50%	0,06%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	27	0,08%	0,01%	5	0,01%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	31	0,09%	0,01%	225	0,51%	0,06%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção / operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%			() não possui metas () cumpre de 51 a 71 () cumpre de 0 a 50% (X) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do corpo funcional	2025			2024		
Nº de empregados (as) ao final do período	361			364		
Nº de admissões durante o período	59			45		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	113			120		
Nº de estagiários (as)	0			0		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	146			138		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	58			55		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	18,33%			16,33%		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	180			174		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	28,33%			30,61%		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	12			11		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2025			2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	22,95			32,72		
Número total de acidentes de trabalho	4			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa são definidos por:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e saúde no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) todos (as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) empregados (as), a empresa:	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	(X) não se envolve	() segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	(X) direção	() direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva	() não se envolve	(X) apoia	() organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	Na empresa: 1.002	No procon: 9	Na justiça: 25	Na empresa: 973	No procon: 0	Na justiça: 4
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	Na empresa: 100,00%	No procon: 100,00%	Na justiça: 40,00%	Na empresa: 100,00%	No procon: 0,00%	Na justiça: 50,00%
Valor adicionado total a distribuir (em R\$ mil):	Em 2025: 284.934			Em 2024: 272.410		
Distribuição do valor adicionado (DVA):	Governo: 71,29%			Governo: 68,32%		
	Colaboradores (as): 14,79%			Colaboradores (as): 14,27%		
	Acionistas: 6,08%			Acionistas: 6,56%		
	Terceiros: 6,00%			Terceiros: 4,20%		
	Retido: 1,84%			Retido: 6,65%		
7 - Outras informações	N/A - Não Aplicável.					

6. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia não contratou da Forvis Mazars Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços correlatos de auditoria por exigência da ANEEL e do BNDES. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Balancos patrimoniais – Ativo

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	20.378	45.434
Contas a receber	6	53.704	46.980
Tributos correntes	7.1	5.488	4.644
Almoxarifado operacional	8	2.442	2.490
Ativos financeiros setoriais	9	4.851	-
Despesas pagas antecipadamente	29.1	667	553
Repasso CDE	10	16.329	28.727
Total do circulante		103.859	128.828
Não circulante			
Tributos correntes	7.1	8.486	7.545
Depósitos judiciais e cauções	18.4	532	492
Depósitos para reinvestimento	11	1.212	1.006
Ativo financeiro indenizável	12.1	73.700	25.194
Ativo contratual	12.2	29.370	115.216
Intangível	12.3	214.799	153.006
Direito de uso de ativos	13.1	4.321	6.699
Total do não circulante		332.420	309.158
Total do ativo		436.279	437.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balancos patrimoniais – Passivo
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
**Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024**
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	27.048	29.617
Arrendamentos	13.2	1.809	1.557
Empréstimos e financiamentos	16	28.059	6.260
Obrigações sociais e trabalhistas	17	8.354	8.478
Tributos correntes	7.1	14.405	11.991
Dividendos	21.4	12.320	12.320
Encargos setoriais	19	6.580	5.251
Passivos financeiros setoriais	9	-	27.601
Consumidores - Geração Distribuída	15	2.506	1.732
Outros passivos circulantes	20	3.618	5.127
Total do circulante		104.699	109.934
Não circulante			
Arrendamentos	13.2	5.025	6.484
Empréstimos e financiamentos	16	106.065	102.855
Obrigações sociais e trabalhistas	17	1.851	2.088
Tributos correntes	7.1	4.960	5.955
Tributos diferidos	7.2	1.050	1.917
Provisões	18	1.012	161
Consumidores - Geração Distribuída	15	13.267	7.735
Outros passivos não circulantes	20	492	606
Total do não circulante		133.722	127.801
Patrimônio líquido			
Capital social	21	188.057	154.000
Reserva de incentivos fiscais	21.1	3.644	3.253
Reservas de lucro	21.3	6.157	42.998
Total do patrimônio líquido		197.858	200.251
Total do passivo e patrimônio líquido		436.279	437.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Demonstrações dos resultados dos exercícios
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita operacional líquida	22	503.163	397.894
Custos dos serviços	23	(446.185)	(328.692)
Custo com energia elétrica		(236.217)	(219.819)
Custo de operação		(77.453)	(68.591)
Custo de construção		(132.515)	(40.282)
Lucro bruto		56.978	69.202
Despesas operacionais	23	(24.857)	(24.926)
Lucro operacional		32.121	44.276
Resultado financeiro	24	(6.628)	(101)
Receitas financeiras		10.480	11.342
Despesas financeiras		(17.108)	(11.443)
Lucro antes dos impostos		25.493	44.175
Impostos	25	(2.924)	(8.165)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(3.790)	(8.137)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		866	(28)
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias		22.569	36.010
Participações estatutárias	28	(2.839)	(3.719)
Lucro líquido do exercício		19.730	32.291
Lucro por ação	21.2	1,92	6,27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucro do exercício a deliberar		
Saldos em 1º de janeiro de 2024	150.000	3.840	1.408	22.088	14.211	-	191.547
Aumento do capital social	4.000	(3.553)	(447)	-	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	5.077	(5.077)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(9.134)	-	(9.134)
Provisões e reversões de provisões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	(289)	-	-	(289)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	32.291	32.291
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	2.966	-	-	-	(2.966)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.467	-	-	(1.467)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(14.164)	(14.164)
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	-	13.694	(13.694)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	154.000	3.253	2.428	26.876	13.694	-	200.251
Aumento do capital social	34.057	-	-	(34.057)	-	-	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	6.014	(6.014)	-	-
Dividendos	-	-	-	-	(7.680)	-	(7.680)
Provisões e reversões de provisões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	51	-	-	51
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.730	19.730
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	391	-	-	-	(391)	-
Constituição de reserva legal	-	-	967	-	-	(967)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.167	-	(1.167)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	(14.494)	(14.494)
Lucro do exercício a deliberar	-	-	-	-	2.711	(2.711)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	188.057	3.644	3.395	51	2.711	-	197.858

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes dos impostos		25.493	44.175
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Amortização	12.3	13.726	10.936
Amortização do direito de uso	13.1	2.798	1.245
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	24	129	2.785
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	24	(490)	(477)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	24	(97)	(601)
Valor justo do ativo financeiro indenizável	22	(1.675)	(960)
Tributos diferidos	25	866	(28)
Provisões	23	1.894	1.365
Provisão / reversão de provisão - Gratificação administradores		51	(289)
		42.695	58.151
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Contas a receber	6	(7.504)	8.608
Tributos correntes	7	(1.785)	(5.535)
Almoxarifado operacional	8	48	(338)
Ativos financeiros setoriais	9	(32.581)	-
Despesas pagas antecipadamente	29.1	(114)	(129)
Depósitos judiciais e cauções	18.4	(40)	2
Reembolsos do fundo da CDE	10	12.495	(760)
Depósitos para reinvestimento	11	(206)	(449)
		(29.687)	1.399
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores	14	(2.569)	(2.774)
Arrendamentos	13.2	422	3.911
Obrigações sociais e trabalhistas	17	(361)	808
Tributos correntes	7	552	(3.884)
Encargos setoriais	19	1.819	(448)
Passivos financeiros setoriais	9	-	(16.497)
Liquidações de litígios	18.1	(276)	(311)
Consumidores - Geração Distribuída	15	6.306	5.538
Outros passivos	20	(1.610)	2.148
		4.283	(11.509)
Caixa proveniente das atividades operacionais		17.291	48.041
Imposto de renda e contribuição social correntes	25	(3.790)	(8.137)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		13.501	39.904
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao ativo contratual	12.2	(38.694)	(79.275)
Adições ao direito de uso	13.1	(420)	(3.911)
Baixas do intangível	12.3	2.190	1.784
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(36.924)	(81.402)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos	21.4	(22.174)	(21.695)
Participações estatutárias	28	(2.839)	(3.719)
Amortização de principal e encargos sobre arrendamentos	13.2	(2.302)	(1.522)
Encargos sobre arrendamentos	24	673	399
Captação de empréstimos e financiamentos	16.2	25.074	67.028
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	16.2	(6.383)	(1.738)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	16.2	6.443	4.109
Custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	16.2	(125)	(1.592)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		(1.633)	41.270
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(25.056)	(228)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.434	45.662
Redução no caixa e equivalentes de caixa		(25.056)	(228)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		20.378	45.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Geração do valor adicionado			
Receitas	22		
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços		416.702	410.240
Outras receitas		145.513	116.850
Receitas relativas à construção de ativos próprios		132.515	40.282
		<u>694.730</u>	<u>567.372</u>
Penalidades DIC/FIC e outras	22	(831)	(1.080)
		<u>693.899</u>	<u>566.292</u>
Provisões	23	(1.894)	(1.365)
		692.005	564.927
Insumos adquiridos de terceiros	23		
Custo da energia elétrica vendida		(236.217)	(219.819)
Materiais		(4.903)	(5.121)
Serviços de terceiros		(20.069)	(19.266)
Seguros		(970)	(833)
Custo de construção		(132.515)	(40.282)
Outros gastos operacionais		(8.007)	(7.853)
		<u>(402.681)</u>	<u>(293.174)</u>
Valor adicionado bruto		289.324	271.753
Amortização	23	(15.369)	(11.235)
Valor adicionado líquido		273.955	260.518
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	24	10.979	11.892
Valor adicionado total a distribuir		284.934	272.410
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	23.2		
Remuneração direta		31.334	29.774
Despesas rescisórias		1.357	563
Benefícios		7.106	6.299
FGTS		2.339	2.223
		<u>42.136</u>	<u>38.859</u>
Impostos, taxas e contribuições	22; 23; 23.2, 24 e 25		
Federais		57.853	59.725
Estaduais		63.232	61.033
Municipais		140	131
		<u>121.225</u>	<u>120.889</u>
Outras obrigações			
Obrigações intrassetoriais	22	81.896	65.209
		81.896	65.209
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros	24	17.108	11.443
		17.108	11.443
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos	21.4	14.494	14.164
Participações estatutárias	28	2.839	3.719
Lucros retidos		5.236	18.127
		<u>22.569</u>	<u>36.010</u>
		284.934	272.410

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS**Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.**
Notas explicativas às demonstrações financeiras do
exercício social findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**1. Contexto operacional**

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. ("Santa Maria" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia opera, exclusivamente, como concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme estabelecido no Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045. Sua área de concessão abrange 4.994 km², incluindo 11 municípios no Estado do Espírito Santo. A Companhia atende mais de 129 mil unidades consumidoras distribuídas nas classes rural, residencial, comercial, industrial, iluminação pública, poder público e serviço público. Todas as operações da Companhia estão sujeitas à regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

1.1 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a Reforma Tributária sobre o consumo, introduzindo um novo modelo de tributação baseado em um sistema de Imposto sobre Valor Agregado repartido (IVA dual). O novo sistema é composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal (em substituição ao PIS e à COFINS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados, Distrito Federal e Municípios (em substituição ao ICMS e ao ISS).

A reforma também criou o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, destinado à tributação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, cuja lista será definida em legislação complementar.

A Reforma Tributária será implementada de forma gradual, por meio de um período de transição entre 2026 e 2032, durante o qual os regimes tributários atual e novo coexistirão.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar que regulamentou parcialmente a Reforma Tributária, instituindo os novos tributos e prevendo, também, a criação do Comitê Gestor do IBS. Posteriormente, a Lei Complementar nº 227/2026 disciplinou a implementação prática do IBS, detalhando criação, composição, atribuições do Comitê Gestor e critérios de repartição da arrecadação entre os entes federados.

A Reforma Tributária gera impactos relevantes nos processos tributários e operacionais, exigindo investimentos em tecnologia, processos e maior integração das áreas internas para adaptação ao novo modelo tributário. Nesse sentido, a Companhia vem desenvolvendo estudos estruturados para avaliação dos potenciais impactos da Reforma em suas operações, abrangendo a revisão de sistemas, processos e controles fiscais. Ao longo de 2025, as iniciativas relacionadas à Reforma concentraram-se na preparação para o ano de "teste", que consistiu na alteração do layout dos documentos fiscais e na aplicação de alíquotas de 1% de IBS/CBS, sem impacto financeiro. Embora o Governo tenha postergado a entrada em vigor dessa etapa (inicialmente prevista para 1º de janeiro de 2026), a

Resultados de 2025

Companhia manteve seu cronograma de planejamento e concluiu a atualização dos sistemas na data originalmente definida.

A Companhia encontra-se em fase de mensuração dos impactos financeiros esperados a partir de 2027, data da efetiva implantação da CBS e extinção do PIS/COFINS. Considerando o estágio atual de regulamentação e o cronograma de transição, a Administração conclui que não existem impactos materiais a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

2. Contrato de concessão

Em 9 de dezembro de 2015, foi formalizada a assinatura do sexto termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, celebrado entre a Companhia e a União (“Poder Concedente”), prorrogando a vigência do contrato até 7 de julho de 2045. Os critérios delineados no referido aditivo demandam que a Companhia evidencie eficiência na qualidade do serviço prestado, na gestão econômico-financeira, na racionalidade operacional e econômica, além de garantir modicidade tarifária. A conformidade com esses critérios é monitorada pelo órgão regulador, sujeita a penalidades caso não sejam atendidos. Até a data-base de 31 de dezembro de 2025, a Companhia alcançou os indicadores estabelecidos.

As principais obrigações e encargos da Companhia, conforme estabelecido no Contrato de Concessão, incluem: operar e manter instalações, zelar pelo controle patrimonial, prestar contas à ANEEL, observar a legislação ambiental, garantir acesso às redes, participar de entidades setoriais, manter documentação auditável, instalar equipamentos de controle de tensão, adotar soluções do planejamento do Sistema Interligado Nacional (“SIN”), colaborar com transmissoras, compartilhar infraestrutura, prestar contas aos usuários, obter anuência prévia da ANEEL em certas ações, comprometer-se com a redução de perdas elétricas, captar recursos financeiros para o serviço, aplicar parte da receita em pesquisa e eficiência energética, dar preferência a fornecedores nacionais e suportar eventuais prejuízos sem exclusão pela fiscalização.

A Companhia possui as seguintes prerrogativas previstas no Contrato de Concessão: direito de usar terrenos públicos, promover desapropriações, construir infraestrutura, instituir servidões administrativas, realizar estudos geológicos e topográficos, possibilidade de contratar terceiros para atividades relacionadas ao serviço e competência para levantamentos de campo em propriedades privadas. Suas prerrogativas não eximem a reparação imediata por danos causados a terceiros, não conferem imunidade tributária e não afetam direitos de terceiros e usuários.

Cabe ao Poder Concedente e à ANEEL expedir normas, instruções e regulamentações, as quais serão condições implícitas ao contrato, bem como realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

3. Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) estabelecidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

Resultados de 2025

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro, aprovado pela Resolução Normativa ANEEL nº 933/2021, e demais normas definidas pela ANEEL, adotando-as sempre que não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração avaliou a capacidade de a Companhia continuar operando no curso normal de seus negócios e concluiu que não existem eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam gerar incerteza material quanto à sua continuidade operacional.

Dessa forma, as demonstrações financeiras foram elaboradas com base no pressuposto de continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) potencial de geração de caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para cumprimento de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; e (iv) histórico de lucros nos últimos exercícios sociais.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, razão pela qual não está apresentando a demonstração relativa a esse resultado.

Adicionalmente, de maneira voluntária, a Companhia elaborou a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1). A elaboração da DVA, embora não obrigatória para empresas de capital fechado, foi incluída como parte suplementar nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 20 de março de 2026.

3.2 Informações materiais das políticas contábeis

As políticas contábeis consideradas materiais para a compreensão destas demonstrações financeiras estão descritas nas respectivas notas explicativas e foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados.

3.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis.

3.4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, para o registro de certas transações, que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

Por definição, os resultados reais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As

Resultados de 2025

revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos críticos, que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras nos próximos exercícios, estão relacionadas aos seguintes temas:

Item	Incerteza	Nota
Redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>)	Estimativa do montante recuperável do ativo	3.6
Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	Análise do risco de crédito para estimar a perda de crédito esperada	6
Tributos diferidos	Estimativa de lucros tributáveis futuros para o reconhecimento de ativos fiscais	7.2
Ativos e passivos financeiros setoriais	Estimativa da variação entre os custos previstos e realizados para os valores ainda não realizados	9
Ativo financeiro da concessão	Mensuração a valor justo da indenização, prevista no contrato de concessão, ao final do prazo contratual	12.1
Ativo intangível da concessão	Estimativa do montante recuperável do ativo e da sua vida útil	12.3
Direito de uso de ativos e passivos de arrendamento	Definição da taxa de juros para os contratos	13
Provisão para litígios e passivos contingentes	Definição da probabilidade e magnitude das saídas estimadas de recursos com perdas em processos judiciais	18
Reconhecimento de receita	Estimativa do valor da receita não faturada	22
Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”)	Estimativa dos valores que serão liquidados pela CCEE	22 e 23
Instrumentos financeiros	Mensuração a valor justo	26

3.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.6 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

A Administração revisa periodicamente o valor contábil de seus ativos com o objetivo de avaliar se existem eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que indiquem que tais ativos possam estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Quando identificada tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado e eventual perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do exercício.

Uma perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida quando há mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a reversão também reconhecida no resultado.

3.6.1 Ativos financeiros e contratuais

Os ativos financeiros são avaliados quanto à existência de perdas esperadas desde o reconhecimento inicial, quando aplicável. A Companhia reconhece perda quando há evidências de que eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo financeiro tenham impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados.

3.6.2 Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente, ou sempre que existirem indícios de que seu valor contábil possa não ser recuperável. Nessas situações, a Companhia estima o valor recuperável do ativo, definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia concluiu que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos.

4. Adoção das IFRSs novas e revisadas

4.1 IFRSs novas e alteradas em vigor no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRSs emitidas pelo IASB que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1º de janeiro de 2025. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nestas demonstrações financeiras.

Norma	Descrição
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações à IAS 21 definem como avaliar se uma moeda é conversível por outra e como determinar a taxa de câmbio quando não for. A moeda é considerada conversível quando a entidade pode obter outra moeda dentro de um prazo razoável e por meio de um mecanismo de mercado. Se a conversibilidade for limitada, a entidade deve estimar a taxa de câmbio à vista para refletir as condições econômicas vigentes. A entidade pode usar taxas de câmbio observáveis ou outras técnicas de estimativa. As alterações também exigem divulgação de como a conversibilidade afeta o desempenho financeiro da entidade. Além disso, um novo apêndice foi adicionado à IAS 21 com orientações e exemplos ilustrativos.
OCPC 10 – Créditos de Carbono	Aprovada pelo CFC e alinhada às discussões internacionais do IASB, esta orientação estabelece os critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono. A norma exige a segregação com base na destinação: (i) Estoques, para créditos destinados à venda; ou (ii) Ativos Intangíveis, para créditos destinados à compensação de emissões próprias. Em ambos os casos, a mensuração inicial é realizada pelo custo de aquisição ou de geração.

4.2 IFRSs novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

Norma	Descrição
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo muitas de suas exigências e adicionando novas. Algumas exigências da IAS 1 foram transferidas para a IAS 8, IFRS 7 e outras normas. A IFRS 18 introduz novas obrigações, como a apresentação de categorias e subtotais específicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) e melhorias na agregação e desagregação de informações. A IFRS 18 deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas outras normas entram em vigor quando a IFRS 18 for adotada e devem ser aplicadas retrospectivamente com disposições de transição.
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que subsidiárias elegíveis forneçam divulgações reduzidas em suas demonstrações financeiras, desde que não tenham responsabilidade pública e que sua controladora final ou intermediária prepare demonstrações financeiras consolidadas conforme as IFRS. A norma é opcional para essas subsidiárias e exige que elas atendam a critérios específicos, como não ter instrumentos negociados publicamente e não atuar em áreas de responsabilidade pública, como bancos e seguradoras. A IFRS 19 é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. Se adotada antecipadamente, a entidade deve seguir exigências de divulgação modificadas.

Norma	Descrição
Emendas à Classificação e Medição de Instrumentos Financeiros – Alterações às IFRS 9 e IFRS 7	Em maio de 2024, o IASB emitiu alterações às IFRS 9 e IFRS 7, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações esclarecem aspectos relacionados ao reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros, incluindo exceção aplicável a passivos financeiros liquidados por determinados sistemas eletrônicos de transferência, bem como aprimoram as orientações para avaliação do critério SPPI. Adicionalmente, introduzem requerimentos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contratuais que possam modificar fluxos de caixa e atualizam as divulgações aplicáveis a instrumentos patrimoniais classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (FVOCI).
Melhorias Anuais nas Normas Contábeis IFRS – Volume 11	Em setembro de 2024, o IASB emitiu melhorias pontuais às normas IFRS, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. As alterações incluem: (i) ajustes na IFRS 1 para aprimorar a consistência com os requerimentos de contabilidade de hedge previstos na IFRS 9 e melhorar a clareza de sua aplicação; (ii) atualização da terminologia da IFRS 7 para alinhamento com a IFRS 13; (iii) esclarecimentos na IFRS 9 quanto à contabilização da baixa de passivos de arrendamento e ajuste terminológico relacionado ao conceito de preço de transação em alinhamento com a IFRS 15; (iv) esclarecimento na IFRS 10 quanto à identificação de agentes de fato; e (v) ajuste terminológico na IAS 7, substituindo o termo “método de custo” por “ao custo”.
Contratos Referentes à Eletricidade Dependente da Natureza – Alterações às IFRS 9 e IFRS 7	Em dezembro de 2024, o IASB emitiu alterações às IFRS 9 e IFRS 7, com vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações esclarecem a aplicação do critério de “uso próprio” a contratos de compra de eletricidade dependentes da natureza, permitem a designação desses contratos como instrumentos de hedge e introduzem requisitos adicionais de divulgação relacionados aos seus efeitos sobre o desempenho financeiro e fluxos de caixa.

Exceto em relação às alterações de apresentação e divulgação das demonstrações financeiras de acordo com o IFRS 18, a Administração não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros.

O IFRS 18 entrará em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, com vencimento original de até 90 dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2.635	2.663
Aplicações financeiras de curto prazo	17.743	42.771
Total	20.378	45.434

A redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa em relação ao exercício anterior reflete, principalmente, os fluxos de financiamento e operacionais ocorridos no período.

As aplicações estão distribuídas entre diversas instituições financeiras, principalmente em fundos de renda fixa e instrumentos atrelados ao CDI, com rentabilidade entre 95% e 108% do CDI em 2025 (entre 100% e 110% em 2024).

Essas aplicações possuem liquidez imediata, com possibilidade de resgate antecipado sem penalidade ou perda relevante de rentabilidade. A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito

e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 26.2.1. As aplicações financeiras são mantidas, substancialmente, em instituições financeiras de primeira linha, em condições usuais de mercado.

6. Contas a receber

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, pelo valor faturado ou a ser faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidos das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

Englobam o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios, participação financeira do consumidor e energia de curto prazo liquidada na CCEE. A energia não faturada é apurada por estimativa e reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio histórico dos últimos três meses de faturamento.

Resultados de 2025

Classe de consumo	Valores correntes							Valores renegociados							Saldo líquido em 31/12/2025	Saldo líquido em 31/12/2024
	Vincendos		Vencidos			PECLD (d)	Total	Vincendos		Vencidos			PECLD (d)	Total		
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias			Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias					
Fornecimento faturado (a)																
Residencial	9.147	6.042	116	94	710	(1.031)	15.078	40	56	24	155	(156)	119	15.197	13.113	
Comercial	3.308	1.813	150	69	1.083	(1.242)	5.181	25	676	20	116	(103)	734	5.915	4.325	
Industrial	1.119	924	29	106	974	(1.029)	2.123	1	1	1	546	(543)	6	2.129	1.935	
Rural	2.450	4.788	239	87	364	(461)	7.467	32	28	20	49	(43)	86	7.553	5.751	
Poder Público	1.475	116	12	2	3	(8)	1.600	1	4	-	2	-	7	1.607	1.329	
Iluminação Pública	834	53	-	-	-	-	887	-	-	-	-	-	-	887	712	
Serviço Público	1.079	40	-	-	-	-	1.119	-	-	-	-	-	-	1.119	872	
Subtotal	19.412	13.776	546	358	3.134	(3.771)	33.455	99	765	65	868	(845)	952	34.407	28.037	
Fornecimento não faturado (a)																
Serviços cobráveis	17.485	-	-	-	-	-	17.485	-	-	-	-	-	-	17.485	15.898	
Participação financeira	51	-	3	3	9	(15)	51	-	-	-	-	-	-	51	115	
Suprimento CCEE (b)	32	24	54	109	144	(307)	56	-	-	-	-	-	-	56	1.329	
Compartilhamento de Infraestrutura (c)	548	-	-	-	-	-	548	-	-	-	-	-	-	548	434	
Outros valores a receber	357	204	224	393	2.710	(3.588)	300	-	-	-	-	-	-	300	209	
	857	-	-	-	266	(266)	857	-	-	-	-	-	-	857	958	
Total	38.742	14.004	827	863	6.263	(7.947)	52.752	99	765	65	868	(845)	952	53.704	46.980	

- (a) **Fornecimento faturado e não faturado:** O crescimento observado justifica-se, principalmente, pelo reajuste tarifário positivo ocorrido em setembro de 2025 (efeito médio de 16,83%).
- (b) **Suprimento CCEE:** Engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2025. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.
- (c) **Compartilhamento de infraestrutura:** refere-se à remuneração da Companhia pelo compartilhamento da infraestrutura da concessão. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida”, no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B.
- (d) **Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa – PECLD:** Os valores relativos à PECLD foram constituídos com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento. Para a mensuração e reconhecimento dos valores, foi aplicado um percentual calculado a partir do histórico de inadimplência, considerando os seguintes parâmetros: (i) classe de consumo; (ii) data de faturamento; (iii) data de vencimento e (iv) data de arrecadação. Os valores reconhecidos refletem a melhor expectativa da Administração e são considerados suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. Com base nos estudos realizados pela Companhia, o percentual de perdas esperadas, segregado por classe de consumo, é o seguinte:

Consumidores (*)	31/12/2025	31/12/2024
Residencial	0,27%	0,35%
Comercial	0,48%	0,64%
Industrial	0,52%	0,15%
Rural	0,31%	0,21%
Poder Público	0,11%	0,03%

(*) Os percentuais da classe Serviço Público e Iluminação Pública não foram apresentados por serem próximos de zero nos dois exercícios.

Resultados de 2025

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as premissas de mensuração não foram alteradas.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na Nota Explicativa nº 26.2.3.

7. Tributos

7.1 Tributos Correntes

Conforme requerido pelo CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, os ativos e passivos de tributos correntes são apresentados pelo seu valor líquido quando há direito legalmente aplicável de compensação e quando a liquidação ocorre com a mesma autoridade tributária.

A composição e a movimentação dos ativos tributários compensáveis e dos passivos tributários a recolher em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão demonstradas a seguir:

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos compensáveis				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	842	736	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	344	301	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	4.236	3.543	8.486	7.545
Impostos e contribuições retidos na fonte	-	13	-	-
Outros	66	51	-	-
Total	5.488	4.644	8.486	7.545

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivos a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	329	-	-	-
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	175	-	-	-
Programa de integração social - PIS	384	259	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1.778	1.203	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	7.717	6.291	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	12	9	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS	1.362	1.393	511	576
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	508	520	204	230
Impostos e contribuições retidos na fonte	944	1.213	702	793
Parcelamentos	1.196	1.103	3.543	4.356
Total	14.405	11.991	4.960	5.955

Resultados de 2025

Movimentação	Ref.	Saldo em 31/12/2024	Adições	Atualizações Monetárias	Pagamentos	Compensações	Transferências	Saldo em 31/12/2025
Ativos compensáveis								
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	(a)	736	417	106	-	(417)	-	842
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL	(a)	301	369	43	-	(369)	-	344
Programa de integração social – PIS	(b)	-	4.076	-	-	-	(4.076)	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	-	18.774	-	-	-	(18.774)	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	11.088	5.460	-	150	-	(3.976)	12.722
Imposto de renda retido na fonte – IRRF		13	1.431	-	-	(1.444)	-	-
Outros		51	771	-	-	(756)	-	66
Total		12.189	31.298	149	150	(2.986)	(26.826)	13.974
Passivos a recolher								
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ		-	1.534	-	(1.205)	-	-	329
Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL		-	883	-	(708)	-	-	175
Programa de integração social – PIS		259	8.287	-	(4.086)	-	(4.076)	384
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		1.203	38.279	-	(18.930)	-	(18.774)	1.778
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		6.291	65.914	-	(60.512)	-	(3.976)	7.717
Imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN		9	121	-	(118)	-	-	12
Instituto nacional de seguridade social – INSS		1.969	10.932	-	(10.936)	(92)	-	1.873
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS		750	2.624	-	(2.662)	-	-	712
Impostos e contribuições retidos na fonte		2.006	5.951	-	(6.311)	-	-	1.646
Parcelamentos	(d)	5.459	-	433	(1.153)	-	-	4.739
Total		17.946	134.525	433	(106.621)	(92)	(26.826)	19.365

- (a) **IRPJ e CSLL – Ativos compensáveis:** refere-se, basicamente, a saldos negativos de IRPJ e CSLL, relativos aos exercícios de 2016, 2021, 2022 e 2024;
- (b) **PIS e COFINS – Ativos compensáveis:** as adições e transferências para o passivo no período referem-se aos créditos apurados conforme as Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003.
- (c) **ICMS – Ativos compensáveis:** refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/96, apropriado à razão de 1/48 avos por mês.
- (d) **Parcelamentos – Passivos a recolher:** o saldo circulante e não circulante refere-se ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrente da mudança do critério de tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação do parcelamento para abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente com base na taxa Selic.

Resultados de 2025

7.2 Tributos diferidos

Referem-se ao imposto de renda e contribuição social registrados sobre as diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos tributos na data de encerramento das demonstrações financeiras. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Composição	Ativo não circulante		Passivo não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social	5.831	3.065	6.881	4.982
Total	5.831	3.065	6.881	4.982

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido no balanço patrimonial após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

Natureza dos ativos e passivos fiscais diferidos	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Resultado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Diferenças temporárias						
PECLD	2.989	2.757	-	-	149	351
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	344	55	-	-	289	(126)
AVJ do ativo financeiro indenizável	-	-	5.412	4.982	(430)	(188)
Arrendamentos	2.324	-	1.469	-	855	-
Outras diferenças temporárias	174	253	-	-	3	(65)
Total das diferenças temporárias	5.831	3.065	6.881	4.982	866	(28)
Compensação entre ativos e passivos fiscais diferidos	(5.831)	(3.065)	(5.831)	(3.065)	-	-
Total	-	-	1.050	1.917	866	(28)

8. Almoxarifado operacional

Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição e não excedem o valor realizável líquido. O saldo em 31 de dezembro de 2025 refere-se, principalmente, a estoques de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição da Companhia.

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Almoxarifado de manutenção e operação	1.513	1.685
Adiantamentos a fornecedores	925	800
Outros	4	5
Total	2.442	2.490

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Ao longo do ciclo tarifário atual, a atualização monetária das diferenças, positivas ou negativas, é reconhecida no resultado, bem como são amortizados os valores constituídos e devidamente homologados pela ANEEL no ciclo tarifário anterior.

No balanço patrimonial, os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A composição e movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Composição	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Saldos iniciais		(27.601)	(41.313)
Constituição	22	12.366	(15.184)
Amortização	22	17.780	31.274
Atualização	24	129	(2.785)
Outros		2.177	407
Saldos finais		4.851	(27.601)

Resultados de 2025

Movimentação	Saldos em 31/12/2024	Receita operacional líquida		Resultado financeiro		Saldos em 31/12/2025	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (f)
		Constituição	Amortização	Atualização	Outros				
Itens da Parcela A (a)	3.372	16.586	(1.790)	2.351	-	20.519	14.439	6.696	(616)
Aquisição de energia	(2.001)	323	6.594	(972)	-	3.944	3.627	925	(608)
Proinfa	147	1.041	(389)	138	-	937	(144)	1.105	(24)
Transporte rede básica	1.168	5.207	(1.402)	839	-	5.812	5.189	630	(7)
Transporte itaipú	360	510	(525)	99	-	444	322	75	47
ESS	2.880	(1.378)	(2.041)	(55)	-	(594)	(1.090)	468	28
CDE	818	10.883	(4.027)	2.302	-	9.976	6.535	3.493	(52)
Componentes financeiros	(30.973)	(4.220)	19.570	(2.222)	2.177	(15.668)	(17.798)	2.130	-
Neutralidade da Parcela A (b)	(13.872)	4.170	12.782	(115)	-	2.965	1.494	1.471	-
Sobrecontratação de energia (c)	(10.956)	(963)	1.878	(1.884)	-	(11.925)	(16.169)	4.244	-
Outros itens financeiros	(1.518)	(2.445)	2.239	(164)	-	(1.888)	-	(1.888)	-
Ultrapassagem de demanda (d)	(891)	(545)	851	(17)	-	(602)	(146)	(456)	-
Excedente de reativos (d)	(1.974)	(1.426)	1.820	(42)	-	(1.622)	(381)	(1.241)	-
Bandeiras Tarifárias (e)	(1.762)	(3.011)	-	-	2.177	(2.596)	(2.596)	-	-
Total	(27.601)	12.366	17.780	129	2.177	4.851	(3.359)	8.826	(616)

- (a) **Itens da parcela A:** a Portaria Interministerial dos Ministros de Minas e Energia (“MME”) e de Estado da Fazenda (“MF”) nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da Companhia, o que significa que todas as variações apuradas são integralmente repassadas ao consumidor ou suportadas pelo Poder Concedente. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.
- (b) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.
- (c) **Sobrecontratação de energia:** a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a esse referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias subsequentes, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo (Nota Explicativa nº 26.2.4).

Resultados de 2025

- (d) **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos:** referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda (“UD”) e Excedente de Reativos (“ER”), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A – Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.1, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 1.091, de 14 de maio de 2024. São faturamentos realizados pela Companhia, decorrentes da parcela de ineficiência de utilização da rede de energia elétrica da Demanda e Reativos pelos consumidores de média e alta tensão. Esses valores faturados constituem passivo setorial, a serem revertidos nas tarifas no momento da Revisão Tarifária da Companhia.
- (e) **Bandeiras tarifárias:** refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa ANEEL nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021 (Nota Explicativa nº 22.4.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias.
- (f) **Saldo a compensar:** conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.

9.1 Efeitos relevantes no exercício

9.1.1 Itens da Parcela A

O efeito observado no exercício de 2025 decorreu, sobretudo, do volume de constituições realizadas no período. Os maiores impactos ocorreram na rubrica 'CDE', cuja cobertura estabelecida no reajuste 2024-2025 foi, em média, 29% inferior aos valores pagos. Da mesma forma, a rubrica 'Transporte rede básica' apresentou cobertura para o ciclo 2025-2026 aproximadamente 75% inferior aos pagamentos realizados a partir de setembro de 2025, por conta do atraso na interligação da Companhia à SE João Neiva 2. Quanto às amortizações, o maior impacto ocorreu na linha 'Aquisição de energia', devido à conclusão das amortizações do ciclo 2023-2024 (Resolução Homologatória nº 3.383/2024), referente à diferença entre o preço médio dos contratos de compra e as tarifas de cobertura vigentes no período.

9.1.2 Componentes financeiros

O maior impacto ocorreu na rubrica 'Neutralidade', justificado por dois fatores principais: (i) as constituições do ciclo 2024-2025 (Resolução Homologatória nº 3.519/2025), decorrentes do encolhimento do mercado em relação ao ciclo de 2024, o que gerou um componente financeiro positivo no reajuste de setembro de 2025; e (ii) o impacto das amortizações do ciclo 2023-2024 (Resolução Homologatória nº 3.383/2024), período em que o crescimento do mercado frente a 2023 gerou um componente financeiro negativo no reajuste de setembro de 2024.

10. Repasse CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) é um mecanismo financeiro no setor elétrico brasileiro. Sua principal função é prover recursos para financiar políticas e programas do governo relacionados ao desenvolvimento do setor elétrico, como subsídios para tarifas, investimentos em fontes alternativas de energia, e outras iniciativas estratégicas. A CDE é financiada por encargos setoriais pagos pelos agentes do mercado de energia elétrica e desempenha um papel crucial na promoção da expansão e estabilidade do sistema elétrico no Brasil.

Os valores repassados à Companhia são destinados a cobrir os descontos tarifários incidentes sobre as tarifas de energia elétrica, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22.4. Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e conforme o art. 13, VII, da Lei nº 10.438/2002, alterado pela Lei nº 13.360/2016, passaram a ser pagos pela CDE, por meio da CCEE, que é a gestora do fundo. Os montantes dos repasses são anualmente determinados nos processos tarifários e abrangem o período de setembro do ano em curso a agosto do ano seguinte. A Companhia

Resultados de 2025

reconhece mensalmente as diferenças a serem compensadas no próximo processo tarifário. A composição do saldo dos descontos tarifários ao final do exercício é detalhada da seguinte forma:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Subsídio Irrigante/Aquicultor	(1.884)	9.239
Subsídio Carga Fonte Incentivada	2.081	3.102
Subsídio Residencial Baixa Renda	848	602
Subsídio Geração Fonte Incentivada	9	8
Subsídio Sistema de Compensação de Energia Elétrica	15.275	15.776
Total	16.329	28.727

A redução do saldo a receber da CDE em 31 de dezembro de 2025 deve-se à diminuição das subvenções concedidas à classe 'irrigante/aquicultor'. Essa retração é reflexo da queda de 9% no mercado rural verificada em 2025, em contraste com o exercício de 2024, quando houve crescimento de 5%. O encolhimento do mercado no exercício de 2025 decorreu, sobretudo, de chuvas acima da média em períodos historicamente secos na área de concessão da Companhia.

Adicionalmente, a ANEEL homologou os valores a serem repassados à Companhia por meio das seguintes Resoluções Homologatórias:

Resolução homologatória	Competências	Previsão	Ajuste	Total
ANEEL nº 3.383/24	Set/24 a Ago/25	6.166	2.096	8.262
ANEEL nº 3.519/25	Set/25 a Ago/26	7.866	599	8.465

11. Depósitos para reinvestimento

O saldo de R\$ 1.212 (R\$ 1.006 em 2024) refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos.

Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S.A., acrescidos de 50% de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo.

A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica “Outros passivos não circulantes” (Nota Explicativa nº 20), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia.

12. Concessão do serviço público

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais o poder concedente controla ou regula os serviços prestados, a infraestrutura utilizada, os preços praticados e os usuários atendidos, além de deter a titularidade da infraestrutura ao final do contrato. Dessa forma, essa interpretação é aplicável ao contrato de concessão da Companhia.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos de infraestrutura utilizados na prestação do serviço público não são reconhecidos como ativo imobilizado, uma vez que o concessionário não detém o controle

Resultados de 2025

desses ativos. Esses ativos são reconhecidos conforme um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo da forma de remuneração do concessionário pelo poder concedente.

Os modelos contábeis previstos são:

Modelo do ativo financeiro

Aplicável quando o concessionário possui direito incondicional de receber valores monetários do poder concedente, independentemente do nível de utilização da infraestrutura.

Modelo do ativo intangível

Aplicável quando a remuneração do concessionário ocorre por meio da cobrança dos usuários pela utilização da infraestrutura.

Modelo bifurcado

Aplicável quando coexistem direitos de recebimento do poder concedente e direitos de cobrança dos usuários.

Considerando que a Companhia é remunerada: (i) pelo poder concedente, em relação ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, aplica-se o modelo bifurcado.

Em decorrência da aplicação da ICPC 01 (R1), os ativos de infraestrutura da concessão foram classificados da seguinte forma:

- **Ativo financeiro indenizável** (Nota Explicativa nº 12.1), composto pela parcela estimada dos investimentos realizados e ainda não amortizados ao final do contrato de concessão, que será objeto de indenização pelo poder concedente; e
- **Ativo intangível** (Nota Explicativa nº 12.3), correspondente ao direito de uso da infraestrutura da concessão e ao direito de cobrar dos usuários pela prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica ao longo do prazo contratual.

Os ativos em fase de construção, que ainda não estão disponíveis para operação, são reconhecidos como ativo contratual, conforme previsto no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, uma vez que a obrigação de desempenho é satisfeita ao longo do tempo durante a construção da infraestrutura. Esses ativos estão registrados na rubrica Ativo Contratual (Nota Explicativa nº 12.2).

Restrições regulatórias sobre os ativos da concessão

Os ativos de infraestrutura utilizados na prestação do serviço público de energia elétrica são considerados bens vinculados à concessão e, portanto, estão sujeitos à regulamentação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O Decreto nº 41.019/1957, anteriormente aplicável ao setor elétrico, foi revogado pelo Decreto nº 10.810/2021. Atualmente, a Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021 disciplina os procedimentos relacionados à desvinculação de bens e à constituição de garantias envolvendo ativos vinculados às concessões de energia elétrica.

De acordo com essa regulamentação, os bens vinculados à concessão não podem ser retirados, alienados, cedidos ou oferecidos em garantia sem prévia e expressa autorização do órgão regulador. A norma também estabelece que bens considerados inservíveis à concessão podem ser alienados ou destinados à doação de interesse social, desde que o produto da alienação seja aplicado na própria concessão.

12.1 Ativo financeiro indenizável

A Companhia apresenta saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pela ICPC 01 (R1). Esses ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada cinco anos por meio do laudo de avaliação da Base de Remuneração Regulatória (“BRR”), conforme estabelecido no contrato de concessão.

O método do Valor Novo de Reposição – VNR estabelece que cada ativo é valorado, a preços atuais, por todos os gastos necessários para sua substituição por idêntico, similar ou equivalente que efetue os mesmos serviços e tenha a mesma capacidade do ativo existente. A aplicação deste método se dá pela utilização do Banco de Preços Referenciais e do Banco de Preços da Companhia.

O Banco de Preços Referenciais representa os custos médios regulatórios, por agrupamento, de componentes menores e custos adicionais, conforme definido no Anexo V dos Procedimentos de Regulação Tarifária (“PRORET”), submódulo 2.3.

O Banco de Preços da Companhia é definido como o banco formado com base em informações da própria empresa, podendo ser aplicado unicamente para os equipamentos principais ou também para os componentes menores e custos adicionais.

O Ativo financeiro indenizável é ajustado: (i) por atualização do IPCA de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 1.003/2022; e (ii) por adições e baixas de itens da infraestrutura conforme regulamentação da ANEEL.

Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão e os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Nesse sentido, a avaliação é validada mediante fiscalização da ANEEL e ocorre a partir de inspeções em campo da infraestrutura da concessão, seguindo metodologia e critérios de avaliação de bens, considerados elegíveis, das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, com o objetivo restabelecer o nível eficiente dos custos operacionais e da BRR das concessionárias.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a movimentação dos saldos do ativo financeiro indenizável da concessão está assim apresentada:

Resultados de 2025

Movimentação	Ref.	R\$ mil
Saldo em 1º de janeiro de 2024		17.330
AVJ do ativo financeiro indenizável	(a)	960
Adições por transferências do intangível		6.904
Saldo em 31 de dezembro de 2024		25.194
AVJ do ativo financeiro indenizável	(a)	1.675
Adições por transferências do intangível		46.831
Saldo em 31 de dezembro de 2025		73.700

(a) **AVJ do ativo financeiro indenizável:** refere-se à atualização, a título de avaliação a valor justo, do ativo financeiro indenizável reconhecida em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida” (Nota Explicativa nº 22).

12.2 Ativo contratual

Refere-se ao direito contratual da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos, e estão mensurados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Ao término da construção, com a efetiva conclusão da obrigação de desempenho (CPC 47), o montante acumulado é bifurcado entre Ativo Financeiro Indenizável (Nota Explicativa nº 12.1) ou Ativo Intangível (Nota Explicativa nº 12.3), conforme a natureza de sua recuperação e remuneração.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1), a receita de construção é reconhecida em montante equivalente aos custos incorridos, não gerando margem de lucro. Esse tratamento reflete o fato de que as atividades de construção da infraestrutura não constituem o objeto social da Companhia, sendo executadas por terceiros e representando apenas uma etapa necessária para a expansão e manutenção do sistema de distribuição. Dessa forma, os investimentos são reconhecidos no resultado como receita e custo de construção em valores equivalentes, sendo simultaneamente capitalizados no ativo conforme a evolução e conclusão das obras.

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	31/12/2025	31/12/2024
Ativo contratual em curso (a)	36.596	121.544
(-) Obrigações especiais	(7.226)	(6.328)
Total	29.370	115.216

(a) **Ativo contratual em curso:** a redução do ativo contratual em curso em relação ao ano de 2024 se deve, principalmente, à conclusão do Projeto Colatina 2, investimento que propiciou à Companhia sua segunda conexão ao Sistema Interligado Nacional - SIN (Rede Básica).

A movimentação do ativo contratual é demonstrada a seguir:

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 31/12/2024	Ingressos	Transf. para intangível	Valor líquido em 31/12/2025
Ativo contratual em curso	121.544	47.567	(132.515)	36.596
(-) Obrigações especiais	(6.328)	(8.873)	7.975	(7.226)
Total	115.216	38.694	(124.540)	29.370

Resultados de 2025

Ativo contratual - Infraestrutura da concessão	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transf. para intangível	Valor líquido em 31/12/2024
Ativo contratual em curso	74.192	87.634	(40.282)	121.544
(-) Obrigações especiais	(4.418)	(8.359)	6.449	(6.328)
Total	69.774	79.275	(33.833)	115.216

12.3 Intangível

O intangível está mensurado pelo custo total de aquisição/construção deduzido da amortização acumulada. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear, de acordo com a vida útil dos ativos, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)			31/12/2025	31/12/2024
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço	4,74%	445.765	(171.669)	274.096	208.184
(-) Obrigações especiais		(102.396)	43.099	(59.297)	(55.178)
Total		343.369	(128.570)	214.799	153.006

Direito de uso da concessão	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)			31/12/2024	31/12/2023
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço	4,68%	366.139	(157.955)	208.184	191.086
(-) Obrigações especiais		(94.457)	39.279	(55.178)	(52.289)
Total		271.682	(118.676)	153.006	138.797

O direito de uso da concessão refere-se ao direito da concessionária de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pela ICPC 01 (R1). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de distribuição do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

As mutações do intangível são apresentadas a seguir:

Direito de uso da concessão	Valor líquido em 31/12/2024	Transf. de ativo contratual	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações (a)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2025
Intangível em serviço	208.184	132.515	(46.831)	(17.546)	(2.226)	274.096
(-) Obrigações especiais	(55.178)	(7.975)	-	3.820	36	(59.297)
Total	153.006	124.540	(46.831)	(13.726)	(2.190)	214.799

Resultados de 2025

Direito de uso da concessão	Valor líquido em 31/12/2023	Transf. de ativo contratual	Transf. para ativo financeiro indenizável	Amortizações (a)	Baixas	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço	191.086	40.282	(6.904)	(14.460)	(1.820)	208.184
(-) Obrigações especiais	(52.289)	(6.449)	-	3.524	36	(55.178)
Total	138.797	33.833	(6.904)	(10.936)	(1.784)	153.006

(a) **Amortizações:** no exercício, a Companhia registrou créditos de PIS/COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$ 1.018, sendo R\$ 849 em 2024 (Nota Explicativa nº 23.4).

Os saldos do intangível estão reduzidos pelas Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais) e pela Reserva para Reversão.

As Obrigações Especiais e a Reserva para Reversão representam um passivo financeiro, constituído por valores e/ ou bens recebidos de Municípios, Estado, União e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Companhia.

A Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

13. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamento

13.1 Direito de uso de ativos

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), e ajustados por eventuais remensurações do passivo de arrendamento.

O custo do ativo de direito de uso inclui o valor inicial do passivo de arrendamento, mensurado pelo valor presente dos pagamentos futuros de arrendamento descontados à taxa aplicável na data de início do contrato, bem como eventuais custos diretos iniciais, pagamentos efetuados antes da data de início do arrendamento e estimativas de custos de desmontagem ou restauração, quando aplicável, deduzidos de incentivos de arrendamento recebidos.

Caso a titularidade do ativo arrendado seja transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento, ou quando o custo do ativo refletir o exercício de opção de compra, a depreciação é calculada com base na vida útil estimada do ativo, conforme a política contábil aplicável ao ativo imobilizado.

Os ativos de direito de uso da Companhia possuem a seguinte composição:

Composição			31/12/2025	31/12/2024
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado direito de uso				
Edificações (a)	12.170	(8.548)	3.622	6.019
Veículos (b)	1.236	(537)	699	680
Total	13.406	(9.085)	4.321	6.699

Resultados de 2025

Composição	31/12/2024			31/12/2023
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado direito de uso				
Edificações (a)	12.170	(6.151)	6.019	4.033
Veículos (b)	816	(136)	680	-
Total	12.986	(6.287)	6.699	4.033

A movimentação do direito de uso de ativos é apresentada como segue:

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2024	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2025
Direito de uso				
Edificações (a)	6.019	-	(2.397)	3.622
Veículos (b)	680	420	(401)	699
Total do Direito de uso	6.699	420	(2.798)	4.321

Movimentação	Valor líquido em 31/12/2023	Adições	Depreciação	Valor líquido em 31/12/2024
Direito de uso				
Edificações (a)	4.033	3.095	(1.109)	6.019
Veículos (b)	-	816	(136)	680
Total do Direito de uso	4.033	3.911	(1.245)	6.699

(a) **Edificações:** Refere-se aos contratos de locação firmados com parte relacionada, com vigência até dezembro de 2029, devidamente anuídos pela ANEEL (Nota Explicativa nº 28). Tais contratos abrangem a sede administrativa, os depósitos de materiais e sete unidades operacionais, sendo seis escritórios de atendimento localizados nos municípios de São Gabriel da Palha, Alto Rio Novo, Águia Branca, Pancas, Marilândia e Colatina, além de um refeitório, também situado em Colatina.

(b) **Veículos:** Refere-se aos contratos de arrendamento de parte da frota.

13.2 Passivos de arrendamento

O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber.

O valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido pelos pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil do passivo de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Resultados de 2025

A composição do passivo de arrendamento está demonstrada a seguir:

Composição	Vencimento	Características da operação		Circulante	Não circulante	31/12/2025	31/12/2024
		Periodicidade de amortização	Taxa de juros a.a. (a)				
Edificações	2029	Mensal	7,99% a 14,15%	1.325	4.714	6.039	7.271
Veículos	2027-2028	Mensal	15,72% a 16,20%	484	311	795	770
Total				1.809	5.025	6.834	8.041

(a) **Taxa de juros a.a.:** a taxa de desconto corresponde à taxa incremental de financiamento da Companhia, estimada com base nas taxas de mercado aplicáveis a operações de financiamento com prazo e características semelhantes.

A movimentação do passivo de arrendamento é apresentada como segue:

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.167	4.086	5.253
Ingressos	319	3.592	3.911
Encargos	399	-	399
Amortizações (principal e encargos)	(1.522)	-	(1.522)
Transferências	1.194	(1.194)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.557	6.484	8.041
Ingressos	204	218	422
Encargos	673	-	673
Amortizações (principal e encargos)	(2.302)	-	(2.302)
Transferências	1.677	(1.677)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.809	5.025	6.834

A tabela a seguir apresenta a reconciliação entre os fluxos contratuais de pagamentos de arrendamento e o valor presente reconhecido no passivo de arrendamento:

Parcelas do não circulante	31/12/2025
2027	2.112
2028	1.785
2029	1.787
Valores não descontados	5.684
Juros embutidos	(659)
Saldo não circulante do passivo de arrendamento	5.025

14. Fornecedores

As obrigações com fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado por meio do método da taxa de juros efetiva, quando aplicável. Esses saldos referem-se substancialmente a obrigações decorrentes da aquisição e do transporte de energia elétrica para revenda, bem como de materiais e da contratação de serviços utilizados nas atividades operacionais da Companhia.

Resultados de 2025

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Suprimento de energia elétrica (a)	15.045	18.119
Encargos de uso da rede básica e conexão (a)	7.029	5.944
Suprimento - CCEE - MCP (b)	1.388	964
Materiais e serviços	3.586	4.590
Total	27.048	29.617

- (a) **Suprimento de energia elétrica e Encargos de uso da rede básica e conexão:** o detalhamento dos contratos e dos volumes adquiridos está apresentado na Nota Explicativa nº 23.1.
- (b) **Suprimento – CCEE – MCP:** engloba os resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2025. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

15. Consumidores - Geração distribuída

Compreende os créditos de energia provenientes de micro e minigeração distribuída (MMGD), em conformidade com a Lei nº 14.300/2022. O incremento observado em 2025 reflete o maior volume de excedentes de energia injetados por unidades consumidoras, totalizando um saldo de 57 GWh em aberto no exercício de 2025, frente aos 34 GWh registrados em 2024. A segregação entre os ativos de curto e longo prazo é realizada com base no histórico de compensação desses créditos, os quais possuem prazo de expiração de 60 meses, contados a partir da data de faturamento da energia gerada.

Composição	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores - Geração Distribuída	2.506	1.732	13.267	7.735
Total	2.506	1.732	13.267	7.735

Resultados de 2025

16. Empréstimos e financiamentos

16.1 Composição e principais condições contratuais

Instituição	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	31/12/2025			31/12/2024		
										Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Moeda Nacional															
BNDES - 22.9.0072.1	48.000	19/10/2022	48.000	19/10/2022 a 15/09/2042	Projeto de Investimentos 2021-2023	Dívida Líquida em relação ao LAJIDA Ajustado menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 7,29% a.a.	Juros trimestrais. Amortização a partir de julho/2024 principal e juros mensais.	Cessão fiduciária de direito creditórios	3.048	45.647	48.695	2.909	46.422	49.331
(-) Custo de transação			(1.147)							(60)	(949)	(1.009)	(60)	(1.009)	(1.069)
BNDES - 23.9.0057.1	65.600	10/11/2023	65.600	10/11/2023 a 15/09/2043	Projeto Colatina 2	Dívida Líquida em relação ao LAJIDA Ajustado menor ou igual a 3,5, apurado anualmente em Dezembro.	IPCA + 7,34% a.a.	Juros trimestrais. Amortização a partir de janeiro/2025 principal e juros mensais.	Cessão fiduciária de direito creditórios	3.953	62.751	66.704	3.487	58.787	62.274
(-) Custo de transação			(1.470)							(83)	(1.384)	(1.467)	(76)	(1.345)	(1.421)
Santander - CCB 471216	10.000	03/07/2025	10.000	03/07/2025 a 03/07/2026	Capital de Giro	-	CDI + 1,85% a.a.	Parcela única	Aval	10.818	-	10.818	-	-	-
Santander - CCB 485298	10.000	03/10/2025	10.000	03/10/2025 a 05/10/2026	Capital de Giro	-	CDI + 1,80% a.a.	Parcela única	Aval	10.383	-	10.383	-	-	-
Total										28.059	106.065	134.124	6.260	102.855	109.115

Resultados de 2025

- (a) **Covenants:** a Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas contratuais restritivas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar em multas ou até a declaração de vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os indicadores e condições acordados foram integralmente atendidos.
- (b) **LAJIDA ajustado:** corresponde ao somatório dos seguintes itens: (+/-) lucro/prejuízo antes do imposto de renda; (+/-) resultado financeiro líquido negativo/positivo; (+/-) resultado com equivalência patrimonial negativo/positivo; (+) depreciações e amortizações; (+/-) perdas (desvalorização) por *impairment*/reversões de perdas anteriores; (+/-) resultados com operações descontinuadas negativos/positivos; (-) outras receitas operacionais; (+) Pis e Cofins diferidos por conta da aplicação da ICPC 01; (-) margem de construção (receita de construção - custo de construção); (-) receita com ativo financeiro da concessão; (+/-) registro de valores positivos e/ou negativos no resultado do exercício para fins regulatórios cuja contrapartida seja ativos/passivos regulatórios pertinentes às atividades de distribuição de energia, estornados em função da aplicação do IFRS; (+/-) outros ajustes IFRS.

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à contratação. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os saldos são apresentados líquidos dos custos de transação incorridos na captação dos recursos, os quais são apropriados ao resultado ao longo do prazo dos contratos pelo método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros relativos às dívidas são classificados como atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

16.2 Mutações dos empréstimos e financiamentos

	Saldo em 31/12/2024	Ingressos	Pagamentos	Juros Provisionados	Transferências	Amortização Custo Transação	Variação Monetária	Saldo em 31/12/2025
Circulante								
Principal	6.084	20.000	(6.383)	-	6.263	-	681	26.645
Juros	312	-	(8.039)	9.284	-	-	-	1.557
Custo de Transação	(136)	-	-	-	(146)	139	-	(143)
Total Circulante	6.260	20.000	(14.422)	9.284	6.117	139	681	28.059
Não Circulante								
Principal	105.209	5.074	-	-	(6.263)	-	4.378	108.398
Custo de Transação	(2.354)	(125)	-	-	146	-	-	(2.333)
Total Não Circulante	102.855	4.949	-	-	(6.117)	-	4.378	106.065
Total	109.115	24.949	(14.422)	9.284	-	139	5.059	134.124

16.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2027	2028	2029	2030	2031+	Total
Parcelas do não circulante	6.502	6.502	6.502	6.502	80.057	106.065

17. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Salários a pagar	1.135	1.185
Previdência privada	237	231
Férias a pagar (a)	4.371	4.255
Tributos retidos na fonte	672	651
Consignações em favor de terceiros	122	105
Participações estatutárias	3.668	4.139
Total	10.205	10.566
Circulante	8.354	8.478
Não circulante	1.851	2.088

- (a) **Férias a pagar:** inclui o adicional e respectivos encargos sociais.

18. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis e as jurisprudências disponíveis.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

18.1 Risco de perda provável

A Administração, com base nas informações fornecidas por seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, estabeleceu provisões para todos os processos judiciais, nos quais a probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração está convencida de que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir perdas decorrentes dos processos em andamento. O demonstrativo detalhando a movimentação das provisões para perdas prováveis está apresentado a seguir:

Movimentação	31/12/2025			31/12/2024
	Cíveis	Trabalhistas	Total	Total
Saldos iniciais	117	44	161	531
Constituições	990	162	1.152	160
Atualizações	6	7	13	43
Reversões	(38)	-	(38)	(262)
Pagamentos	(275)	(1)	(276)	(311)
Saldos finais	800	212	1.012	161

18.1.1 Trabalhistas

A Companhia é parte em processos de natureza trabalhista que versam, substancialmente, sobre os seguintes temas:

- (i) Equiparação salarial ao piso estabelecido em Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e reflexos em férias;
- (ii) Depósitos de FGTS e multa compensatória;
- (iii) Gratificação natalina (13º salário);

Resultados de 2025

- (iv) Contribuições previdenciárias (cota patronal e segurados);
- (v) Aviso prévio indenizado;
- (vi) Indenizações por danos morais.

O montante constituído é atualizado monetariamente pelo IPCA-E e pela taxa SELIC, conforme decisão emitida pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2020.

18.1.2 Cíveis

Refere-se a ações judiciais que, em sua maioria, abordam as seguintes questões:

- (i) Ausência, interrupção ou suspensão no fornecimento de energia elétrica decorrente de falha na prestação de serviço;
- (ii) Reparação de danos morais e materiais decorrente de falha na prestação de serviço;
- (iii) Compensações por acidentes na rede;
- (iv) Revisão do faturamento das contas de energia elétrica.

Os valores originais são atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

18.2 Risco de perda possível

A Companhia possui processos em andamento de natureza cível, tributária e trabalhista, nos quais a probabilidade de perda foi avaliada pelos consultores jurídicos como possível, não demandando a constituição de provisão. A composição dos processos classificados como possíveis está demonstrada a seguir:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	24.575	20.320
Cíveis	1.416	7.239
Trabalhista	-	29
Total	25.991	27.588

18.2.1 Tributárias

Refere-se a: i) processo administrativo fiscal, com valor atualizado de R\$ 4.947 (R\$ 4.682 em 2024), que tem como objeto o estorno de créditos do PIS/PASEP e da COFINS sobre perdas não técnicas de energia elétrica e seus efeitos reflexos no IRPJ e na CSLL; e ii) processo administrativo fiscal, com valor atualizado de R\$ 19.628 (R\$ 15.638 em 2024), referente a Auto de Infração lavrado pelo Estado do Espírito Santo, para a cobrança de débitos de ICMS apurados entre os períodos de 2019 a 2023, relativos ao diferimento sobre as aquisições internas de energia elétrica, na proporção das saídas isentas ou não tributadas em relação às saídas totais da mercadoria.

18.2.2 Cíveis

Refere-se a ações judiciais que, em sua maioria, abordam as seguintes questões:

- (i) Ausência, interrupção ou suspensão no fornecimento de energia elétrica decorrente de falha na prestação de serviço;
- (ii) Reparação de danos morais e materiais decorrente de falha na prestação de serviço;
- (iii) Compensações por acidentes na rede;

Resultados de 2025

(iv) Revisão do faturamento das contas de energia elétrica.

Os valores originais são atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário.

Para as ações de natureza cível, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R\$ 985 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 1.089 em 2024).

18.3 Risco de perda remoto

A Companhia figura no polo ativo de uma ação de cobrança referente ao compartilhamento de infraestrutura (contrato de uso mútuo de postes) para o recebimento de valores devidos por terceiros, a qual se encontra em fase de cumprimento de sentença com manifestação judicial favorável. Dada a atual fase processual, a Administração, apoiada por seus assessores jurídicos, monitora o desfecho para o reconhecimento do ativo quando a entrada de benefícios econômicos for considerada praticamente certa.

Adicionalmente, a Companhia é parte em processos de natureza cível, trabalhista e tributária no polo passivo, cujas probabilidades de perda são classificadas como remotas pelos assessores jurídicos com base na legislação e jurisprudência vigentes. Dessa forma, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não foram constituídas provisões para essas demandas, uma vez que não se espera que resultem em saídas de recursos ou impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

18.4 Depósitos judiciais e cauções

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	125	31
Servidão administrativa (a)	407	461
Total	532	492

(a) **Servidão administrativa:** Refere-se aos depósitos judiciais vinculados aos processos de servidão administrativa das LD 138 kV João Neiva 2 – Colatina 2 e LD 69 kV Colatina 2 – Duas Vendinhas, integrantes do Projeto Colatina 2. Embora os empreendimentos já tenham sido concluídos e energizados, os saldos permanecem em aberto aguardando a finalização das fases de perícia ou decisões definitivas sobre os valores indenizatórios. A Companhia detém a Declaração de Utilidade Pública (DUP) para ambos os ativos, o que assegurou a imissão na posse necessária à construção. A permanência desses depósitos em juízo decorre de discussões remanescentes entre a Companhia e os proprietários quanto ao equilíbrio dos valores das indenizações, visando o encerramento formal dos processos judiciais.

19. Encargos setoriais

Composição	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19.1	2.397	1.863
Programa de Eficiência Energética - PEE	19.1	3.164	3.024
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19.2	974	319
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	19.3	45	45
Total		6.580	5.251

19.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D e Programa de eficiência energética - PEE

As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. Os recursos apurados são destinados aos Programas de Eficiência Energética (“PEE”), Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da Lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“PROCEL”). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280, de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente.

Mensalmente, os valores constituídos são atualizados com base na taxa Selic (P&D e PEE) e pelo IGP-M (PROCEL), a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso ou imobilizado em curso, conforme o caso, até a conclusão dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais. Adicionalmente, por meio da MP 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, foi inserido o art. 5º-B na Lei nº 9.991/2000, estabelecendo que os recursos financeiros de P&D e PEE, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, deverão ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em favor da modicidade tarifária entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, observado o limite mínimo de 70% do valor total disponível, conforme regulamentação da ANEEL. Do saldo em aberto, os recursos financeiros de P&D e PEE a serem recolhidos a CDE em 31 de dezembro de 2025 somam R\$ 110 (R\$ 104 em 31 de dezembro de 2024).

19.2 Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é um fundo setorial, gerido pela CCEE, que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. As informações a respeito dos valores e prazos de pagamento à CCEE, se encontram detalhados na tabela abaixo:

CDE	Regulamentação	Montante 2025	Cota Mensal 2025	Competência	Prazo de liquidação
Encargo de uso	Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.484/25	71.253	5.234	Janeiro a Julho de 2025	Até o décimo dia do mês de competência
			6.923	Agosto a Dezembro de 2025	
Geração Distribuída	Resolução Homologatória - ANEEL nº 3.484/25	11.693	974	A partir do processo tarifário ordinário de 2025	Até o décimo dia do segundo mês subsequente à competência

19.3 Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL,

Resultados de 2025

considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. Os valores definidos pelo Órgão Regulador para os exercícios de 2025 e 2024, estão abaixo demonstrados:

Regulamentação	Valor Anual
Despacho ANEEL nº 2.953/2024	539
Despacho ANEEL nº 2.960/2025	539

20. Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Valores a repassar	(a)	2.093	1.844	-	-
Bônus Itaipu	(b)	37	1.913	-	-
Prêmios de seguros		535	481	-	-
Ressarcimento de benefício		308	279	205	465
Consumidores		-	69	-	-
Outros passivos	(c)	645	541	287	141
Total		3.618	5.127	492	606

- (a) **Valores a repassar:** refere-se aos valores a repassar a terceiros relativos aos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores.
- (b) **Bônus Itaipu:** refere-se aos valores a serem aplicados como créditos nas faturas emitidas em janeiro de 2025 para as unidades consumidoras elegíveis, conforme a aplicação da Tarifa Bônus de Itaipu, estabelecida pela Resolução Homologatória ANEEL nº 3.420/2024. Eventuais saldos em aberto decorrem da impossibilidade técnica de repasse integral imediato, seja por ciclos de faturamento que extrapolam o período previsto ou pela ausência de unidades consumidoras que preencham integralmente os requisitos de elegibilidade no momento da concessão do crédito. Tais saldos permanecem sob gestão da Companhia até que sejam compensados ou destinados conforme futura orientação regulatória da ANEEL.
- (c) **Outros passivos:** o saldo não circulante refere-se, predominantemente, à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Nota Explicativa nº 11).

21. Patrimônio Líquido

21.1 Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2025, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 34.057, mediante a capitalização de reservas de lucros.

O aumento de capital foi efetivado através da emissão de 5.146.995 novas ações preferenciais resgatáveis, distribuídas gratuitamente aos acionistas na forma de bonificação (1 nova ação para cada ação detida), divididas em duas novas classes:

- i) Classe "R1" (PNR1): 3.419.359 ações atribuídas aos titulares de ações ordinárias.
- ii) Classe "R2" (PNR2): 1.727.636 ações atribuídas aos titulares de ações preferenciais classe "A" (PNA).

As ações PNA (anteriormente denominadas apenas como preferenciais) tiveram sua nomenclatura alterada para fins de distinção das novas classes.

Resultados de 2025

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 188.057 (R\$ 154.000 em 2024), composto por 10.293.990 ações, sem valor nominal, assim representadas:

Espécie / Classe	31/12/2025		31/12/2024	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Ordinárias nominativas – ON	3.419.359	102.308	3.419.359	102.308
Preferenciais nominativas classe “A” – PNA	1.727.636	51.692	1.727.636	51.692
Preferenciais nominativas classe “R1” – PNR1	3.419.359	22.625	-	-
Preferenciais nominativas classe “R2” – PNR2	1.727.636	11.432	-	-
Capital Subscrito	10.293.990	188.057	5.146.995	154.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		19,22		38,91

Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais classe 'A' (PNA) não possuem direito de voto, mas asseguram a seus titulares: (i) dividendo mínimo de 8% sobre o valor nominal do capital social e nunca inferior ao distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital em caso de liquidação; e (iii) participação nas discussões das Assembleias.

As ações preferenciais classe 'R1' (PNR1) e classe 'R2' (PNR2) participam dos lucros em igualdade de condições com as ordinárias e possuem prioridade no reembolso de capital, no valor fixo de R\$ 6,6168592043 por ação, a ser realizado após o reembolso das ações PNA. As ações PNR1 conferem direito a voto, enquanto as ações PNR2 não possuem tal prerrogativa.

Ambas as classes R1 e R2 são resgatáveis por deliberação do Conselho de Administração pelo seu valor fixo, sem incidência de juros ou correção monetária. O resgate deverá contemplar ações de ambas as classes, observada a proporcionalidade entre PNR1 e PNR2 existente na data-base definida na deliberação do Conselho de Administração, sendo tais ações automaticamente extintas após a conclusão do resgate.

21.2 Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação foi realizado com base no lucro líquido do exercício e no número de ações que compõem o capital social da Companhia nos respectivos períodos.

A Companhia não possui instrumentos financeiros conversíveis ou outros instrumentos potencialmente dilutivos. Dessa forma, o lucro por ação básico e diluído são equivalentes nos exercícios apresentados.

Em decorrência da bonificação de ações realizada no exercício de 2025, conforme descrito na Nota Explicativa 21.1, o número de ações que compõem o capital social da Companhia foi ampliado em relação ao exercício anterior, impactando a base utilizada no cálculo do lucro por ação.

A conciliação entre o lucro líquido do exercício e o lucro por ação é apresentada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	19.730	32.291
Número de ações em poder dos acionistas	10.293.990	5.146.995
Lucro por ação (em R\$)	1,92	6,27

Resultados de 2025

21.3 Reservas

As reservas da Companhia possuem a seguinte abertura:

Composição	Ref.	31/12/2025	31/12/2024
Reserva de incentivos fiscais	(a)	3.644	3.253
Reserva legal	(b)	3.395	2.428
Reserva de retenção de lucros	(c)	51	26.876
Lucro do exercício a deliberar	(d)	2.711	13.694
Total		9.801	46.251

- (a) **Reserva de incentivos fiscais:** corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para absorção de eventuais prejuízos. No exercício de 2025, a Companhia constituiu o montante de R\$ 391 (R\$ 2.966 em 2024).
- (b) **Reserva legal:** constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensação de prejuízos ou aumento de capital. No exercício de 2025, houve a constituição de R\$ 967 (R\$ 1.467 em 2024).
- (c) **Reserva de retenção de lucros:** constituída com base no orçamento de capital da Companhia, com a finalidade de viabilizar seus programas de investimentos. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovada constituição no montante de R\$ 6.014 (R\$ 5.077 em 2024). Posteriormente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, e com base em balanço intermediário levantado em 31 de outubro de 2025: (i) foi aprovada constituição no montante de R\$ 1.167 e (ii) foi aprovado aumento do capital social mediante a capitalização de R\$ 34.057 dessa reserva. Por fim, em conformidade com a Política de Remuneração vigente, registrou-se um ajuste positivo de R\$ 51 nas participações estatutárias em contrapartida a essa reserva, frente a um ajuste negativo de R\$ 289 ocorrido em 2024.
- (d) **Lucro do exercício a deliberar:** com base na ICPC 08 (R1), corresponde a parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório calculado de acordo com o Estatuto Social da Companhia. Do lucro constituído no exercício de 2024, a Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025 aprovou a seguinte destinação: (i) R\$ 7.680 distribuídos como dividendos adicionais; e (ii) retenção da parcela remanescente de R\$ 6.014. Para o exercício de 2025, a Administração propõe a retenção do valor total de R\$ 2.711, visando fazer face ao aporte de capital próprio necessário para os investimentos previstos em 2026. Tal proposta baseia-se no orçamento de capital que será submetido, juntamente com estas demonstrações financeiras, à aprovação em Assembleia Geral.

21.4 Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2024, contemplando a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 20.000, sendo R\$ 10.450 a título de juros sobre o capital próprio e R\$ 9.550 como dividendos adicionais.

Adicionalmente, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, foi deliberada a distribuição de dividendos no montante de R\$ 12.320, com base no lucro líquido apurado em balanço intermediário levantado em 31 de outubro de 2025, ajustado pela constituição das reservas legal e de incentivos fiscais.

Os valores de dividendos aprovados em cada exercício são suficientes para atender ao montante mínimo de distribuição previsto na legislação societária e no Estatuto Social da Companhia.

Resultados de 2025

A composição dos valores destinados à distribuição de resultados referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é demonstrada a seguir:

Provento	31/12/2025	31/12/2024
Juros sobre o capital próprio, bruto	14.494	12.294
(-) IRRF, à alíquota de 15%	(2.174)	(1.844)
(=) Juros sobre o capital próprio, líquido	12.320	10.450
(+) Dividendos adicionais	-	9.550
(=) Total destinado à distribuição	12.320	20.000

A Companhia reconhece a proposta de distribuição de dividendos em suas demonstrações financeiras conforme requerido pela Lei nº 6.404/76 e pela ICPC 08 (R1). Dessa forma, a parcela correspondente ao montante mínimo de distribuição, por representar uma obrigação presente na data do balanço, é registrada no passivo da Companhia. A parcela que excede a esse montante permanece registrada no patrimônio líquido até a deliberação definitiva dos acionistas em assembleia geral.

A distribuição por ação é apresentada a seguir:

Exercício	ON (R\$/ação)	PNA (R\$/ação)	PNR1 (R\$/ação)	PNR2 (R\$/ação)	Total distribuído
2025	1,20	1,20	1,20	1,20	12.320
2024	3,88	3,88	-	-	20.000

Em 2025, a Companhia realizou bonificação de ações na proporção de uma nova ação para cada ação existente, conforme descrito na Nota Explicativa 21.1. Para fins de comparabilidade, apresenta-se adicionalmente o valor dos dividendos por ação do exercício de 2024 ajustado para refletir a estrutura de capital vigente em 31 de dezembro de 2025. Esse ajuste possui caráter exclusivamente informativo e não altera os valores efetivamente aprovados ou pagos aos acionistas.

Exercício	Base original (R\$/ação)	Base ajustada para a estrutura de capital de 2025 (R\$/ação)
2025	1,20	1,20
2024	3,88	1,94

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, os dividendos devem ser pagos no prazo de até 60 dias contados da data em que forem declarados e, em qualquer caso, dentro do exercício social. Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, foi deliberado que os dividendos relativos ao exercício de 2025 poderão ser pagos até 31 de dezembro de 2026.

A Companhia imputa os juros sobre o capital próprio (“JCP”) aos dividendos, nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e da ICPC 08 (R1) – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, sendo os valores creditados a esse título tratados como distribuição de resultados aos acionistas e apresentados em conjunto com os dividendos.

Os dividendos relativos ao exercício de 2024 foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2025 e pagos aos acionistas no decorrer do exercício.

Resultados de 2025

Considerando essa prática, a movimentação dos dividendos a pagar ao longo do exercício de 2025, incluindo os montantes creditados a título de juros sobre o capital próprio imputados à distribuição de resultados, é apresentada a seguir:

Movimentação	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2024	12.320
(+) Dividendos adicionais destinados	7.680
(+) JCP creditado no exercício	14.494
(-) IRRF sobre JCP	(2.174)
(-) Pagamentos realizados no exercício	(20.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	12.320

22. Receita operacional líquida

A receita é reconhecida na medida em que é provável a geração de benefícios econômicos para a Companhia no âmbito de um contrato com o cliente. A mensuração da receita é realizada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a ser recebida, líquida de quaisquer contraprestações variáveis, como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A Companhia efetua o reconhecimento da receita quando transfere o controle do produto, infraestrutura ou serviço ao cliente. Em casos de incertezas significativas quanto à realização, a receita não é reconhecida.

Resultados de 2025

	Nota	Número de consumidores		MWh		R\$ mil	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional							
Fornecimento - Faturado	22.1.1						
Residencial		79.592	77.711	168.879	172.655	71.830	71.868
Industrial		1.522	1.431	12.960	16.179	6.187	7.334
Comercial, serviços e outros		10.536	10.295	60.560	66.970	27.361	28.724
Rural		36.063	35.140	196.220	215.591	56.560	62.580
Poder público		1.056	1.051	19.151	20.081	7.554	7.860
Iluminação pública		76	74	18.305	18.650	4.645	4.421
Serviço público		193	191	15.332	14.962	6.802	6.616
Consumo próprio		34	34	872	744	-	-
		129.072	125.927	492.279	525.832	180.939	189.403
Disponibilidade da rede elétrica - Faturado	22.1.2						
Consumidores cativos							
Residencial						74.998	72.249
Industrial						8.673	8.845
Comercial, serviços e outros						29.392	30.391
Rural						72.250	65.623
Poder público						8.415	8.106
Iluminação pública						4.746	4.523
Serviço público						5.591	5.134
Consumidores Livres		121	110	120.155	120.139	29.998	27.968
Agentes de geração		3	3	-	-	113	106
		124	113	120.155	120.139	234.176	222.945
Não Faturado	22.2						
Fornecimento						(773)	(1.181)
Disponibilidade da rede elétrica						2.360	(927)
						1.587	(2.108)
Ativos e passivos financeiros setoriais	9					30.146	16.090
Energia de curto prazo	22.3					13.611	9.901
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	22.4					94.464	84.566
Receita de construção	22.5					132.515	40.282
Valor justo do ativo financeiro indenizável	12.1					1.675	960
Outras receitas operacionais	22.6					5.617	5.333
Receita operacional bruta		129.196	126.040	612.434	645.971	694.730	567.372
(-) Deduções à receita operacional							
Tributos sobre a receita							
PIS						(8.210)	(7.665)
COFINS						(37.817)	(35.304)
ICMS						(62.693)	(60.111)
ISSQN						(120)	(109)
						(108.840)	(103.189)
Encargos do consumidor	22.7					(81.896)	(65.209)
Penalidades	22.8					(831)	(1.080)
Receita operacional líquida		129.196	126.040	612.434	645.971	503.163	397.894

22.1 Receita faturada

22.1.1 Fornecimento – Faturado (Tarifa de energia – TE)

A receita é reconhecida por meio da entrega de energia elétrica, realizada durante um período específico, conforme as medições que ocorrem de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O valor justo da contraprestação é calculado utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL.

22.1.2 Disponibilidade da rede elétrica – Faturado (Tarifa de uso do sistema de distribuição – TUSD)

A receita proveniente da disponibilidade da rede elétrica resulta da disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição para os consumidores cativos e livres. O valor justo da contraprestação é calculado conforme as tarifas definidas pelo Órgão Regulador.

22.1.3 Reajuste tarifário anual de 2025

O reajuste tarifário está previsto no contrato de concessão da Companhia e tem como objetivo o reposicionamento das tarifas, visando cobrir os custos de energia, encargos e outros financeiros referentes à Parcela A. Além disso, a atualização da Parcela B é realizada para contemplar a receita da distribuidora destinada à prestação de serviços e remuneração dos investimentos.

No dia 16 de setembro de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.519, a ANEEL homologou o índice de reajuste tarifário anual da Companhia em 16,83%, o qual corresponde ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da Santa Maria.

Na composição do reajuste, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio de + 5,51%, enquanto a variação de custos da Parcela B, bem como o efeito dos componentes financeiros, foram responsáveis pelas variações de +0,68% e +10,64% na tarifa, respectivamente.

As tarifas reajustadas estarão em vigor no período de 22 de setembro de 2025 a 21 de setembro de 2026.

22.2 Receita não faturada

Refere-se a energia fornecida e a disponibilização da rede elétrica de distribuição que ainda não foram faturadas. A mensuração da receita não faturada é realizada em bases estimadas e considera o período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do exercício.

22.3 Energia de curto prazo

A receita é reconhecida no momento da comercialização do excedente de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”). A contraprestação a receber é calculada multiplicando a quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Os resultados dessas operações foram comunicados pela CCEE e validados pela Companhia.

22.4 Subvenções vinculadas ao serviço concedido

Composição	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Descontos tarifários	22.4.1	91.511	80.671
CCRBT	22.4.2	2.591	1.865
CDE Eletrobras	22.4.3	362	2.030
Total		94.464	84.566

22.4.1 Descontos tarifários

A receita é reconhecida quando são aplicados os descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais. A mensuração da receita é realizada pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo beneficiada e a tarifa efetivamente aplicada nas faturas de energia elétrica.

As principais variações observadas no exercício de 2025 decorrem de: (i) redução do consumo de consumidores classificados como irrigante/aquicultor, com impacto de -20% nos subsídios concedidos em relação a 2024; e (ii) crescimento de 52% comparado ao exercício anterior, das subvenções relacionadas ao Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), conforme o artigo 22 da Lei nº 14.300/2022.

22.4.2 Bandeiras tarifárias

As Bandeiras Tarifárias, implementadas a partir de 2015 por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 547/2013, posteriormente revogada pela Resolução Normativa nº 1.000/2021, representam um mecanismo regulatório que reflete as condições atuais para a geração de energia elétrica, abrangendo desde cenários mais favoráveis até os mais desafiadores. Esse sistema desempenha um papel crucial ao alertar os consumidores finais sobre as condições do mercado energético.

A aplicação das Bandeiras Tarifárias está diretamente vinculada aos custos de aquisição de energia pelas distribuidoras, os quais podem ser impactados por fatores como dificuldades hídricas, influenciando, conseqüentemente, o valor a ser faturado aos consumidores. Esse mecanismo aproxima a arrecadação prevista com as bandeiras aos custos incorridos no período de acionamento. Os eventuais custos não cobertos pela receita com bandeiras são considerados no processo tarifário subsequente.

Atualmente, existem quatro faixas de acionamento e adicionais de bandeiras determinados pela Resolução Homologatória nº 3.306 de 05 de março de 2024: (i) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 78,77/MWh; (ii) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 44,63/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$ 18,85/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

A bandeira tarifária permaneceu verde de dezembro de 2024 até abril de 2025. A partir de maio, o mecanismo foi alterado para o patamar amarelo, seguido pela bandeira vermelha (patamar 1) em junho e julho, e vermelha (patamar 2) em agosto e setembro. No último trimestre, houve o retorno para a bandeira vermelha (patamar 1) em outubro e novembro, encerrando o exercício de 2025 na cor amarela.

A receita reconhecida se refere aos valores recebidos através de repasses da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

Resultados de 2025

22.4.3 CDE Eletrobras

A receita reconhecida se refere aos valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias nos termos da Resolução CNPE nº 15/2021, repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica. Os valores repassados em 2025 e 2024 foram estabelecidos pelos Despachos nº 1.536, de 23 de maio de 2025, e nº 1.239, de 23 de abril de 2024, respectivamente.

22.5 Receita de construção

A receita de construção da infraestrutura é equivalente ao custo de construção. Esses valores são obrigatoriamente reconhecidos de acordo com a ICPC 01 - Contratos de Concessão e refletem o custo de construção de obras relacionadas aos ativos da concessão de distribuição de energia elétrica. Não há margem incorporada nessa atividade, pois a função principal da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e toda a receita de construção está vinculada à construção de infraestrutura para suportar essa atividade principal. Além disso, a construção da infraestrutura é terceirizada pela Companhia. Mensalmente, o custo de construção é registrado no resultado como a totalidade dos investimentos concluídos adicionados ao ativo intangível (Nota Explicativa nº 12.2).

22.6 Outras receitas operacionais

<u>Composição</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Compartilhamento de infraestrutura	11	3.688	3.337
Serviços cobráveis		738	567
Arrecadação de convênios		326	308
Ganhos na alienação de bens e direitos		802	1.068
Arrendamentos e aluguéis		63	53
Total		5.617	5.333

22.7 Encargos do consumidor

<u>Composição</u>	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	19	(1.827)	(1.767)
Programa de Eficiência Energética - PEE	19	(1.827)	(1.767)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	19	(77.703)	(61.201)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	19	(539)	(474)
Total		(81.896)	(65.209)

22.8 Penalidades

Refere-se às compensações pagas aos consumidores cativos, relacionadas aos indicadores individuais de continuidade (DIC, FIC, DMIC e DICRI), os quais indicam a duração e frequência das interrupções de energia, assim como a duração máxima que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem compensações financeiras na fatura de energia. A receita é reconhecida líquida destas compensações.

23. Custos dos serviços e despesas operacionais

Conforme requerido pelo artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia apresenta seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado do Exercício classificados por função. Dessa forma, os gastos são segregados entre custos e despesas, de acordo com sua relação com as atividades operacionais e administrativas da Companhia.

Na diferenciação entre custos e despesas, são considerados como custos os gastos diretamente associados à prestação do serviço de energia elétrica vinculados à concessão. Isso abrange a aquisição de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, amortização do direito de concessão da infraestrutura, além dos custos relacionados ao atendimento comercial e a operação e manutenção da concessão.

Por sua vez, as despesas operacionais englobam os gastos relacionados à administração da Companhia, representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio, como pessoal administrativo, remuneração da administração, estimativas de perdas com créditos de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Para fins de transparência, os custos e despesas operacionais apresentados na Demonstração do Resultado do Exercício são detalhados a seguir por natureza de gastos:

Natureza de gastos	Nota	Custos dos serviços			Despesas operacionais	31/12/2025	31/12/2024
		Com energia elétrica	De operação	Prestados a Terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	23.1	176.560	-	-	176.560	-	176.560
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	23.1	59.657	-	-	59.657	-	59.657
Pessoal e administradores	23.2	-	33.764	-	33.764	16.649	50.413
Materiais	-	-	4.520	-	4.520	383	4.903
Serviços de terceiros	23.3	-	17.532	-	17.532	2.537	20.069
Depreciação e Amortização	23.4	-	11.921	-	11.921	650	12.571
Seguros	-	-	959	-	959	11	970
Arrendamentos e aluguéis	-	-	1.928	-	1.928	1.058	2.986
Provisões	-	-	1.894	-	1.894	-	1.894
Tributos	-	-	518	-	518	166	684
Custo de construção	-	-	-	132.515	132.515	-	132.515
Outros gastos	-	-	4.417	-	4.417	3.403	7.820
Total		236.217	77.453	132.515	446.185	24.857	471.042
							353.618

23.1 Custo com energia elétrica

Composição	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Energia elétrica comprada para revenda	645.046	176.560	622.857	162.359
Suprimento de Energia Elétrica	645.046	192.167	622.857	176.494
Energia Bilateral	127.817	32.713	176.171	43.012
Energia de Leilão	213.123	55.910	147.215	39.299
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	11.081	8.138	11.807	6.521
Energia de curto prazo - CCEE	-	22.182	-	19.943
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSDD	67.943	16.354	67.774	15.557
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	23.020	7.173	20.192	6.983
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	88.190	17.288	97.880	17.163
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	113.872	26.103	101.818	22.477
Geração Distribuída - Lei 14.300/2022	-	6.306	-	5.539
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(15.607)	-	(14.135)

Resultados de 2025

Composição	31/12/2025		31/12/2024	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
PIS	-	(2.784)	-	(2.521)
Cofins	-	(12.823)	-	(11.614)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	59.656	-	57.460
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	65.783	-	63.291
Encargos de Uso da Rede Elétrica e Conexão	-	48.748	-	45.668
Transporte Itaipu	-	3.941	-	3.745
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	797	-	2.471
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	11.452	-	11.331
Encargo de Potência para Reserva de Capacidade - ERCAP	-	845	-	76
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(6.126)	-	(5.831)
PIS	-	(1.093)	-	(1.040)
Cofins	-	(5.033)	-	(4.791)
Total	645.046	236.217	622.857	219.819

23.2 Pessoal e Administradores

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	44.622	41.293
Remuneração	26.970	25.642
INSS	7.411	7.083
FGTS	2.094	1.991
Previdência privada	1.068	1.038
Auxílio Alimentação	3.717	3.216
Despesas rescisórias	1.357	563
Outros benefícios	2.005	1.760
Administradores (Diretoria e Conselho)	5.791	5.481
Honorários	4.364	4.132
INSS	866	832
FGTS	245	232
Previdência privada	316	285
Total	50.413	46.774

23.3 Serviços de terceiros

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Consultoria	1.488	1.781
Auditoria	80	95
Assessoria jurídica	78	181
Comercial	453	473
Manutenção	2.358	2.948
Vigilância	289	283
Informática	1.416	1.098
Leitura de medidores e outros	10.197	9.121
Limpeza de faixas de servidão	3.693	3.259
Outros	17	27
Total	20.069	19.266

Resultados de 2025

23.4 Depreciação e Amortização

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Quota de amortização do intangível no exercício	13.590	10.839
(-) Créditos de tributos recuperáveis - PIS	(182)	(151)
(-) Créditos de tributos recuperáveis - COFINS	(837)	(698)
Total	12.571	9.990

24. Resultado financeiro

O resultado financeiro da Companhia pode ser assim representado:

	31/12/2025			31/12/2024
Resultado financeiro	Receita	Despesa	Total	Total
Operações com ativos e passivos financeiros setoriais				
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	129	-	129	(2.785)
	129	-	129	(2.785)
Operações com capitais de terceiros				
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	(14.482)	(14.482)	(5.943)
Encargos - Arrendamentos	-	(676)	(676)	(399)
	-	(15.158)	(15.158)	(6.342)
Operações com compra de energia elétrica				
Variação cambial	482	(187)	295	(698)
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	7	(542)	(535)	(400)
	489	(729)	(240)	(1.098)
Outras operações				
Receita com aplicações financeiras	3.431	-	3.431	4.522
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	6.333	-	6.333	6.473
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações	-	(31)	(31)	(22)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	-	(490)	(490)	(477)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	93	(190)	(97)	601
Atualização monetária de parcelamentos de tributos	-	(433)	(433)	(415)
Juros sobre obras em andamento	328	-	328	-
Outras operações	176	(77)	99	(8)
	10.361	(1.221)	9.140	10.674
(-) Impostos incidentes sobre as receitas financeiras				
PIS	(70)	-	(70)	(77)
COFINS	(429)	-	(429)	(473)
	(499)	-	(499)	(550)
Resultado financeiro	10.480	(17.108)	(6.628)	(101)

25. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

25.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado do imposto a ser pago ou recebido que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de tributos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, nos termos do Laudo Constitutivo nº 77/2018, expedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), reconhecido pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) por meio do Despacho Decisório nº 224/2020-EBEN-DEVAT07/DRF/NIT e do Ato Declaratório Executivo nº 83/2020. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, devendo ser transferido para a rubrica “Reserva de incentivos fiscais” nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

25.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social corrente. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando necessário.

25.3 Despesas de imposto de renda e contribuição social no exercício

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício são demonstrados como segue:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	25.493	44.175
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL	(8.668)	(15.020)

Ajustes para refletir a alíquota efetiva

Resultados de 2025

Composição	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações e contribuições	(131)	(162)
Multas indedutíveis	(203)	(273)
Juros sobre o capital próprio	4.928	4.180
Outras adições/exclusões	606	(77)
Incentivo fiscal SUDENE	391	2.966
Incentivo fiscal PAT	83	186
Doações dedutíveis	15	35
Licença estendida - Empresa Cidadã	55	-
Despesa de IRPJ e CSLL	(2.924)	(8.165)
IRPJ e CSLL corrente	(3.790)	(8.137)
IRPJ e CSLL diferido	866	(28)
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL	11,47%	18,48%

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros.

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação. A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

26.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O valor justo é mensurado com base em premissas que incluem abordagens de mercado, renda ou custo, utilizadas para estimar o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. As informações utilizadas nas técnicas de avaliação do valor justo são classificadas em três níveis da hierarquia de valor justo, conforme descrito a seguir:

(a) Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Resultados de 2025

- (b) Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;
- (c) Nível 3 - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são classificados e mensurados de acordo com suas características contratuais e o modelo de negócios da Companhia, podendo ser mensurados: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); ou (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR).

O quadro a seguir apresenta os valores contábeis e valores justos dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	Nota	Nível	31/12/2025		31/12/2024	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros						
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	5	2	20.378	20.378	45.434	45.434
Contas a receber	6	2	53.704	53.704	46.980	46.980
Ativos financeiros setoriais, líquidos	9	2	4.851	4.851	-	-
Repasse CDE	10	2	16.329	16.329	28.727	28.727
			95.262	95.262	121.141	121.141
Valor justo por meio do resultado						
Ativo financeiro indenizável	12.1	2	73.700	73.700	25.194	25.194
			73.700	73.700	25.194	25.194
			168.962	168.962	146.335	146.335
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	14	2	27.048	27.048	29.617	29.617
Arrendamentos	13.2	2	6.834	6.834	8.041	8.041
Passivos financeiros setoriais, líquidos	9	2	-	-	27.601	27.601
Empréstimos e financiamentos	16	2	134.124	134.124	109.115	109.115
Encargos setoriais	19	2	6.580	6.580	5.251	5.251
			174.586	174.586	179.625	179.625
			174.586	174.586	179.625	179.625

Para os instrumentos financeiros apresentados acima, o valor contábil é considerado uma aproximação razoável de seu valor justo, devido à natureza de curto prazo desses instrumentos ou à proximidade entre suas taxas contratuais e as praticadas no mercado.

26.2 Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos é parte integrante das práticas de governança da Companhia e está alinhado ao processo de planejamento de seus objetivos estratégicos. Esse processo envolve a identificação, avaliação e monitoramento dos principais riscos que possam afetar o desempenho de suas operações.

Esses riscos podem decorrer de diversos fatores, tais como condições econômicas, mudanças regulatórias, eventos climáticos e falhas operacionais ou tecnológicas. O objetivo da gestão de riscos é reduzir a probabilidade de ocorrência desses eventos e, quando aplicável, mitigar seus impactos sobre as atividades da Companhia.

Nesse contexto, a Administração monitora continuamente sua exposição a riscos financeiros, podendo adotar estratégias de proteção quando consideradas adequadas, em especial para fatores relacionados a taxas de juros, inflação e demais variáveis de mercado.

26.2.1 Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, que se encontram detalhados a seguir:

• Risco cambial

O risco cambial surge devido à possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, o que pode resultar em perdas para a Companhia, especialmente em situações de valorização de moedas estrangeiras em relação ao Real.

A Companhia enfrenta exposição ao risco de variação cambial, especificamente relacionado ao Dólar, decorrente dos pagamentos de energia elétrica adquirida de Itaipu. No entanto, é relevante destacar que os efeitos financeiros dessa variação cambial são repassados ao consumidor através da tarifa, utilizando o mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A – CVA.

• Risco de taxa de juros e variações monetárias

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas em função de flutuações nessas taxas, que podem afetar o custo de seus empréstimos e financiamentos, bem como o rendimento de suas aplicações financeiras.

Para mitigar essa exposição, a Companhia realiza o monitoramento contínuo das condições de mercado e da evolução das taxas de juros, avaliando periodicamente a necessidade de adoção de medidas que contribuam para reduzir os impactos de eventuais oscilações nos custos de financiamento ou nos retornos de aplicações financeiras.

Além disso, a Companhia implementou uma análise de sensibilidade para mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a esses riscos. A análise busca estimar o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de *stress*, mantendo outras variáveis constantes.

No cenário provável, foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras, incorporando variações nos indicadores: CDI/Selic de 12,25% e IPCA de 3,99%, conforme previsto na mediana das expectativas de mercado para 2026 do Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 30 de janeiro de 2026. Por sua vez, os cenários II e III, consideram uma degradação de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco primário do instrumento financeiro em comparação ao nível empregado no cenário provável. Essa análise é conduzida como resposta a eventos extraordinários que possam impactar o cenário econômico.

A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Risco	Taxa no exercício	Saldo Exposição	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros						
Aplicações financeiras	Queda CDI/Selic	12,25%	17.743	2.174	(543)	(1.087)
Ativo financeiro indenizável	Queda IPCA	3,99%	73.700	2.941	(735)	(1.470)
Ativos financeiros setoriais	Queda CDI/Selic	12,25%	4.851	594	(149)	(297)
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos - BNDES	Aumento IPCA	3,99%	(115.399)	(4.604)	1.151	2.302
Empréstimos e financiamentos - Santander	Aumento CDI/Selic	12,25%	(21.201)	(2.597)	649	1.299
Parcelamento de tributos	Aumento CDI/Selic	12,25%	(5.459)	(669)	167	334

26.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não conseguir cumprir suas obrigações financeiras nos respectivos vencimentos.

Para mitigar esse risco, a gestão financeira busca manter adequado equilíbrio entre geração de caixa, estrutura de capital e perfil de vencimento das obrigações, adotando práticas que incluem o alongamento de prazos de empréstimos e financiamentos, a desconcentração de vencimentos e a diversificação das fontes de financiamento.

O monitoramento contínuo do fluxo de caixa permite identificar eventuais necessidades de captação de recursos com antecedência suficiente para avaliação e estruturação das alternativas disponíveis. Quando há excedentes de caixa, a Companhia realiza aplicações financeiras com o objetivo de preservar sua liquidez.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 17.743 (R\$ 42.771 em 31 de dezembro de 2024).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa contratados, em 31 de dezembro de 2025:

Passivos financeiros	2026	2027	2028	2029	2030	2031+
Não derivativos						
Fornecedores	27.048	-	-	-	-	-
Arrendamentos	1.809	1.750	1.568	1.707	-	-
Empréstimos e financiamentos	28.059	6.502	6.502	6.502	6.502	80.057
Encargos setoriais	6.580	-	-	-	-	-

26.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Esse risco está relacionado principalmente aos grupos descritos a seguir:

• Consumidores

O contrato de concessão de distribuição estabelece a prestação de serviços de forma abrangente dentro da área de concessão e impede que aspectos relacionados à renda sejam utilizados para recusar novos consumidores. Embora essa regra limite a consideração de fatores de risco de inadimplência para novos clientes, a Companhia utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo órgão regulador, sendo a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes a principal delas.

Adicionalmente, a Companhia oferece diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, incluindo call center, lojas de atendimento presencial, internet e aplicativo. Isso permite ao consumidor a possibilidade de negociar permanentemente os valores em aberto.

O risco de a Companhia incorrer em perdas devido à dificuldade de receber os valores faturados de seus clientes é considerado baixo. Esse baixo risco de crédito é atribuído à grande diversificação dos clientes atendidos pela empresa.

O saldo das perdas de créditos esperadas em 31 de dezembro de 2025, relacionados ao fornecimento de energia elétrica, é de R\$ 4.631 (R\$ 4.528 em 31 de dezembro de 2024). A Administração considera este montante adequado para fazer face aos riscos de inadimplência sobre os créditos a receber em atraso da Companhia.

• Instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. Adicionalmente, as aplicações financeiras são realizadas predominantemente em instrumentos de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI, não sendo realizadas aplicações em ativos de renda variável.

• Ativos financeiros setoriais

Os ativos financeiros setoriais derivam das diferenças entre os custos previstos pela ANEEL e os incluídos na tarifa no início do período tarifário, em comparação com os custos efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Anualmente, a ANEEL revisa as tarifas da Companhia e incorpora esses ativos nas mesmas. Além disso, o contrato de concessão também garante que a Companhia será indenizada pelos saldos remanescentes de eventual insuficiência de ressarcimento pela tarifa, decorrente da extinção, por qualquer motivo, da concessão.

• Ativo financeiro indenizável

O saldo refere-se a valores a receber a título de indenização do Poder Concedente e decorre dos investimentos realizados na infraestrutura da concessionária, que não serão recuperados por meio da prestação de serviços outorgados até o final da concessão. O contrato de concessão garante o direito da Companhia à indenização dos ativos de infraestrutura ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em procedimentos de fiscalização da agência.

26.2.4 Risco de sobrecontratação ou subcontratação de energia elétrica

A venda ou compra de energia no Mercado de Curto Prazo (MCP) para cobrir exposição positiva ou negativa da energia contratada para atendimento ao mercado cativo da Companhia é um risco inerente ao negócio de distribuição de energia elétrica.

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente.

Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no Mercado de Curto Prazo – MCP. As exposições que, comprovadamente, decorram de fatores que fogem ao controle da distribuidora (exposições involuntárias), também podem ser repassadas integralmente aos consumidores.

A Administração da Companhia faz constante gestão dos seus contratos de compra de energia para mitigar o risco de exposições ao MCP.

26.2.5 Risco de vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na Nota Explicativa nº 16.1. Até 31 de dezembro de 2025 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os financiamentos. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

26.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia estão sujeitas à regulação e fiscalização de órgãos governamentais e entidades reguladoras, em especial da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Alterações na legislação, regulamentações ou políticas do setor elétrico podem impactar as condições de operação, os custos e as receitas da atividade de distribuição de energia elétrica.

A Administração acompanha continuamente as mudanças regulatórias aplicáveis ao setor, avaliando seus potenciais impactos sobre as operações e adotando as medidas necessárias para assegurar a conformidade regulatória.

26.2.7 Risco hidrológico

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduz o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocasionando, além de um risco de racionamento de energia, um aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa e conseqüentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

26.2.8 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A dívida líquida da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido é apresentada a seguir:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Total de empréstimos e financiamentos	134.124	109.115
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(20.378)	(45.434)
Endividamento líquido	113.746	63.681
Total do patrimônio líquido ("PL")	197.858	200.251
Endividamento líquido / PL	57%	32%

27. Benefícios pós-emprego

A Companhia atua como patrocinadora do plano de benefícios complementares de aposentadoria destinado exclusivamente a empregados e diretores, com a modalidade de Contribuição Definida. Este plano é gerido pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), uma entidade fechada de previdência complementar.

O Plano de Contribuição Definida caracteriza-se por envolver a contribuição fixa da entidade patrocinadora a uma entidade separada (fundo de pensão), sem a obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais, caso o fundo não disponha de ativos suficientes para cobrir todos os benefícios devidos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 33 (R1), a Companhia registra contabilmente os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta. Isso ocorre porque a obrigação anual da entidade patrocinadora é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período, dispensando, assim, a necessidade de avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e eliminando a possibilidade de variações atuariais.

As obrigações referentes às contribuições ao plano de Contribuição Definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços correlatos são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são registradas como ativo na medida em que haja a possibilidade de reembolso de caixa ou redução em pagamentos futuros.

Resultados de 2025

Cabe destacar que as obrigações são mensuradas com base não descontada, a menos que não vençam integralmente dentro de doze meses após o término do período em que os empregados prestam os serviços.

No exercício de 2025, as contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores totalizaram R\$ 1.384 (R\$ 1.323 em 2024).

28. Saldo e transações entre partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia incluem seus acionistas, empresas ligadas e o pessoal-chave da Administração. As principais transações realizadas entre partes relacionadas, reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar, juntamente com as receitas e/ou custos/despesas correspondentes, estão associadas a arrendamentos de imóveis, contratos de utilização do sistema de distribuição e transmissão de energia, compra de energia elétrica, bem como à prestação de serviços relacionados a operação e manutenção das atividades da Companhia. As transações derivadas das operações em ambiente regulado são faturadas conforme os critérios e definições estabelecidos pela ANEEL.

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Santa Maria Participações S.A.	Arrendamentos	(a)	(6.039)	(7.271)	(2.920)	(1.508)
Total - Arrendamentos			(6.039)	(7.271)	(2.920)	(1.508)
Santa Maria Soluções Ltda.	Prestação de serviços	(b)	(1.185)	-	(10.240)	(9.121)
Santa Maria Participações S.A.		(c)	-	-	9	10
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.		(e)	-	-	7	6
Santa Maria Energética S.A.		(c)	-	-	4	10
Santa Maria Soluções Ltda.		(d)	(97)	-	(1.580)	(827)
Total - Prestação de serviços			(1.282)	-	(11.800)	(9.922)
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Venda de Energia Elétrica	(e)	(2.406)	(3.284)	(32.712)	(43.011)
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.	Encargo de Transmissão	(f)	-	-	112	106
Total - Operações com energia elétrica			(2.406)	(3.284)	(32.600)	(42.905)
Santa Maria Participações S.A.	Ordem de Dispêndio a Reembolsar	(g)	-	3	-	-
Santa Maria Geração e Transmissão de Energia S.A.			7	96	-	-
Arthur Arpini Coutinho			19	12	-	-
Martina Hulle da Silveira Coutinho			3	3	-	-
Henrique Barbieri Coutinho			4	1	-	-
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.			2	-	-	-
Santa Maria Soluções Ltda.			4	-	-	-
Santa Maria CGH 1 Ltda.			9	-	-	-
Santa Maria CGH 2 Ltda.			14	-	-	-
Santa Maria CGH 3 Ltda.			26	-	-	-
Total - Ordem de dispêndio a reembolsar			88	115	-	-
Total			(9.639)	(10.440)	(47.320)	(54.335)

- (a) Refere-se aos contratos de arrendamento de imóveis destinados à sede administrativa, a seis escritórios de atendimento, a um refeitório e a um depósito de materiais da Companhia, submetidos à anuência prévia da ANEEL nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V – Módulo V: Atos e Negócios Jurídicos entre Partes Relacionadas. Em 8 de novembro de 2024, por meio do Despacho nº 3.439, foi concedida anuência prévia aos referidos contratos, os quais possuem vigência até 2029.
- (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reaviso, corte e religação, submetido à anuência prévia da ANEEL nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas. Em 26 de dezembro de 2024, por meio do Despacho nº 3.893, foi concedida anuência prévia ao referido contrato, o qual possui vigência até 2029.
- (c) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica.
- (d) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de instalação de sistema de comunicação, firmado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, Anexo V – Módulo V: Atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas, e previamente anuído pela ANEEL conforme Despacho nº 184, de 23 de janeiro de 2023. Além disso,

Resultados de 2025

abrange o contrato de prestação de serviços relacionados à manutenção elétrica, treinamentos técnicos e divulgação de projetos vinculados ao Programa de Eficiência Energética (PEE), cujo objeto é dispensado de anuência prévia pelo órgão regulador.

- (e) Refere-se ao contrato de compra de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado nos termos do Despacho ANEEL nº 2.666/2020.
- (f) Refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição. O valor devido é calculado pelo produto da parcela da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD pelo respectivo valor contratado do Montante de Uso do Sistema de Distribuição – MUSD.
- (g) Refere-se, principalmente, a montantes relativos ao rateio de prêmios de seguro consolidados em uma única apólice. Os valores registrados são reembolsados no mês em que o dispêndio ocorre, não afetando, portanto, o resultado nem o fluxo de caixa da Companhia.

28.1 Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores da Companhia, ao longo dos exercícios de 2025 e 2024, registrada na contabilidade pelo regime de competência, se encontra demonstrada a seguir:

Administradores (Diretoria e Conselho)	Ref.	31/12/2025	31/12/2024
Honorários		4.364	4.132
INSS		866	832
FGTS		245	232
Previdência privada		316	285
Participações estatutárias	(a)	2.839	3.719
Total		8.630	9.200

- (a) **Participações estatutárias:** desde 2020, a Companhia mantém uma política de remuneração variável aos seus diretores, baseada em instrumentos baseados em ações com liquidação em caixa. O objetivo é atrair e reter profissionais com competências e valores desejados e requeridos pela Companhia, motivando-os a atingir e superar metas alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, gerando valor para os acionistas e demais partes relacionadas. A referida política é baseada em premissas de melhor criação de valor sustentável e de longo prazo, melhores práticas de mercado, metas e estratégias de negócios e nos propósitos e valores da Companhia. A remuneração é composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia em relação a determinados parâmetros econômico-financeiros, industriais e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos (longo prazo). O montante global da remuneração variável é calculado conforme o disposto em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observados os critérios definidos na Política Remuneratória e sujeito à aprovação pela assembleia geral. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

Composição	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	22.569	36.010
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(391)	(2.966)
Lucro líquido do exercício ajustado	22.178	33.044
Participações estatutárias (10%) – Observado o art. 152, § 1º da LSA	2.218	2.906
INSS sobre participações estatutárias (20%)	444	581
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	177	232
Participações estatutárias	2.839	3.719

29. Cobertura de seguros

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Resultados de 2025

Ramos	Ref.	Data de vencimento	Limite de Indenização	
			31/12/2025	31/12/2024
Risco operacional	(a)	29/10/2026	105.815	81.620
Responsabilidade civil geral	(b)	29/10/2026	2.000	2.000
Responsabilidade civil de administradores e diretores	(c)	29/10/2026	20.000	20.000
Total			127.815	103.620

- (a) **Risco operacional:** cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia. O aumento do limite de indenização em relação ao exercício anterior decorre da conclusão das obras e do início das operações da subestação Colatina 2.
- (b) **Responsabilidade civil geral:** cobertura securitária para danos materiais e morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.
- (c) **Responsabilidade civil de administradores e diretores:** Cobertura securitária para proteção dos administradores e diretores da Companhia contra reclamações e ações judiciais decorrentes de atos ou omissões no exercício de suas funções, incluindo danos financeiros causados a terceiros.

Além das apólices de seguro relacionadas, a Companhia também assegura cobertura para a frota, proporcionando aos terceiros afetados em casos de sinistro proteção contra danos pessoais e/ou materiais ocorridos.

29.1 Despesas pagas antecipadamente

O saldo de despesas pagas antecipadamente refere-se principalmente a prêmios de seguros pagos antecipadamente, apropriados ao resultado ao longo da vigência das respectivas apólices.

Ramos	31/12/2025	31/12/2024
Risco operacional	502	381
Responsabilidade civil	30	30
Frota	135	142
Total	667	553

30. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia - R\$ mil					
	2027	2028	2029	2030	2031	Após 2031
2027 a 2053	160.738	162.417	173.050	180.012	188.040	1.837.572

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2025, e foram homologados pela ANEEL.

31. Eventos subsequentes

Em 04 de março de 2026, a Companhia emitiu uma Cédula de Crédito Bancário (CCB) junto ao Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes), no montante de R\$ 12.295. O recurso destina-se à modernização da infraestrutura elétrica rural nos municípios de Governador Lindemberg, Marilândia e São Domingos do Norte, contemplando a substituição de redes monofásicas por trifásicas, além da ampliação e reforço das redes de distribuição vinculadas ao

Resultados de 2025

programa “Santa Maria Mais Trifásica”. Até a data de autorização de emissão destas demonstrações financeiras, os recursos ainda não haviam ingressado no caixa da Companhia.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cícero Machado de Moraes
Presidente

Miguel Coutinho Coelho da Silva
Vice-Presidente

Fernando Antonio Moreira Calaes
Membro Independente

Ricardo Pinto Pinheiro
Membro

Angelo Arpini Coutinho Filho
Membro

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

CARTA DE APROVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração sobre a aprovação das demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes

Os diretores e o contador da Companhia declaram que as demonstrações financeiras foram elaboradas nos termos da legislação vigente e que:

- Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; e
- Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Forvis Mazars Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Colatina, 20 de março de 2026.

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Empresa Luz e Força Santa Maria S.A.
Colatina - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base de opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pelas demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026.

Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC 2SP023701/O-8

Assinado por:

Marcelo Nogueira de Andrade

Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ 086312/O-6